UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

FACULDADE DE DIREITO

MESTRADO INTERINSTITUCIONAL EM DIREITO CONSTITUCIONAL

UFPB/URCA/UFC

CURSO DE MESTRADO EM DIREITO PÚBLICO

**O PERFIL DEMOCRÁTICO DOS MINISTÉRIOS
PÚBLICOS ESTADUAIS**

MANOEL PEREIRA DE ALENCAR

FORTALEZA – CE

2002

**O PERFIL DEMOCRÁTICO DOS MINISTÉRIOS
PÚBLICOS ESTADUAIS**

FICHA CATALOGRÁFICA

342.347.963

A 368p

ALENCAR, Manoel Pereira de.

O Perfil democrático dos Ministérios
Públicos Estaduais/ Manoel Pereira de
Alencar. – Fortaleza: UFC., 2002

83p

Dissertação (Mestrado) – Universidade
Federal do Ceará

1. Direito Constitucional. 2. Ministério
Público – Brasil.

MANOEL PEREIRA DE ALENCAR

**O PERFIL DEMOCRÁTICO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS
ESTADUAIS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito Público da Universidade Federal do Ceará, em convênio interinstitucional com a UFPB/URCA, em cumprimento às exigências para obtenção do grau de mestre.

Orientador: **JOSÉ DE ALBUQUERQUE ROCHA**

Sousa, PB

2002

"O PERFIL DEMOCRÁTICO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS
ESTADUAIS".

MANOEL PEREIRA DE ALENCAR

Dissertação apresentada em 20/09/2002, com menção :

APROVADO

BANCA EXAMINADORA :

Prof. José de Albuquerque Rocha (Orientador) –

UNIFOR

Profª Anamaria Campos Torres - Doutora

UFPE

Prof. Idevaldo Barbosa da Silva - Mestre

UFC

- SETEMBRO / 2002 -

“ Para um grande sonho tornar-se verdadeiro, a primeira condição é ter uma grande capacidade de sonhar! A segunda é a perseverança, a fé no sonho!”

(HANS SELVE, M.D.)

A Socorro Marques, esposa e companheira
de todas as horas.

A meus filhos Camila, Gabriela e Matheus

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, especialmente ao Departamento de Direito Público e Prática Jurídica, por haver me liberado das atividades docentes para preparar a dissertação do mestrado.

Ao zelo e carinho do Professor Eugênio, pela disposição de levar o projeto adiante, esforçando-se para sua efetiva realização, dando o apoio logístico necessário lá no Crato – CE.

Ao professor José de Albuquerque Rocha, pela orientação e pelo empenho em tornar realidade o sonho do mestrando.

Aos professores Raimundo Bezerra Falcão, atual coordenador do Curso de Mestrado, e Germana de Oliveira Moraes, ex-coordenadora, pelo interesse pedagógico na conclusão do presente estudo.

A Universidade Federal da Paraíba, através da Pró – Reitora de Pós-graduação, por ter tornado possível a implementação do Mestrado Interinstitucional.

A Maria do Socorro Marques, Maria Luiza Pereira de Alencar e a Maria Marques M. Vieira, pelo dedicado apoio a este mestrando.

Aos professores do Mestrado, em especial Willys, Martônio, Idevaldo e Regis Frota, e a todos aqueles que, de alguma maneira, contribuíram para a realização deste trabalho, como Gilkerson Bandeira, Vera.

SUMÁRIO

	Pag.
RESUMO.....	XI
ABSTRACT.....	XII
INTRODUÇÃO.....	XIII
 CAPÍTULO I: DEMOCRACIA (fundamentos).....	21
1. DEMOCRACIA DIRETA.....	26
2. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA.....	29
3. DEMOCRACIA SEMIDIRETA.....	32
 CAPÍTULO II: O MINISTÉRIO PÚBLICO E O DIREITO ELEITORAL (alguns aspectos e dispositivos selecionados).....	33
 CAPÍTULO III: O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO	50
1. Como função essencial a Justiça.....	50
2. A Natureza Institucional.....	53
3. Princípios de atuação do Ministério Público.....	66
4. Princípios Institucionais do Ministério Público...	67
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	78

ANEXOS.....	83
-------------	----

RESUMO

ALENCAR, Manoel Pereira de. O Perfil Democrático dos Ministérios Públicos Estaduais. Fortaleza, 2002. 83p. (Dissertação) Mestrado em Direito Público. Direito Constitucional – Universidade Federal do Ceará.

A presente dissertação de Mestrado inclina-se, na procura do atual perfil democrático do Órgão Ministerial Brasileiro, especialmente no tocante aos Ministérios Públicos Estaduais, uma vez que, dantes, era, no mais das vezes, simples apêndice do Poder Executivo, que chegava ao cúmulo da nomeação de promotores Ad Hoc, para só e somente só, serem os acusadores no processo criminal, não participando efetivamente da relação processual propriamente dita, sendo considerado “descartável”, pelo Poder Judiciário, que não lhe reconhecia com a grandeza que sempre o caracterizou.

Evidentemente que, devido ao trabalho sério e compenetrado de alguns promotores e procuradores de justiça, nos vários Estados brasileiros, que assumiram a vanguarda da luta em prol da construção de um novo Órgão Ministerial, e puseram seus conhecimentos, suas idéias avançadas como força motriz dessa nova ordem, exercendo assim o papel precursor, de pioneiro, de vanguardeiro, de um Ministério Público renovado e renascido, que efetivamente refletisse os anseios das camadas mais simples da população, das minorias, dos hipossuficientes.

Tudo isto, obteve consumação com a promulgação da carta cidadã.

O presente estudo pretende introduzir o questionamento em torno do real papel, do perfil do Ministério Público, especialmente do Estadual, daquele que milita na Justiça Comum Estadual e tem um maior contato com o povo, no que se refere aos aspectos democráticos que estão presentes e são praticados na instituição.

ABSTRACT

ALENCAR, Manoel Pereira de. The Democratic Profile of the States Public Ministry. Fortaleza, 2002. 100 p. (Dissertation) Masters in Public Law. Constitution Law – The Federal University of Ceará.

The current post graduation dissertation leans, to search the actual Democratic Profile of the Brazilian Ministry Public, specially on touching of the States Publics Ministry, on a time that, formerly, was, on also times, simple appendix of the executive power, that came to the cumulus of the nomination of prosecutor ad hoc, to only be the accusers in the criminal process, not communicating effectly on the processual relation being considerate “discarded” for the judicial power, that doesn’t recognize it with the lagerness that always characterize it.

Evidently, due to the serious work and conscious of some prosecutors and justic procurators at several brazilians states, that assume the vanguard of the fight in favor of a new Ministry Organ construction and putted theirs knowledges, theirs advanced ideas like “motor power” of this new order, practsing so the advanced guard paper, the pioneer, the vanguarder, of a public ministry renoveted and reborn, that effectively reflect the longings of the more simple population condition, of the minorityes, the hiposuficients.

All this, obtained consummation with the promulgations of the citizen letter.

The present study claims to introduce the issue around the realpaper, about the profile of the Public Ministry specially of the state of that serve, in the stately common justice and has a more contact with the people, about the democraci aspects that it is present and is practice in the institution.

INTRODUÇÃO

Concebida por muitos como uma das principais características do final do milênio passado e do limiar deste novo milênio, as modificações por que passam os Estados, suas instituições, os poderes constituídos do Estado, têm provocado acalorados e incontáveis debates sobre temas considerados pacificados, petrificados e definitivos há até recentíssimo lapso temporal.

Com espreque em tais debates, surgiram vários novos conceitos, critérios de avaliação, legitimação e competências do Estado e dos seus poderes, e etc., provocando mudanças que produziram enormes e profundas alterações em conceitos como soberania, independência, neutralidade, autodeterminação dos povos, divisão entre os poderes, atribuições dos poderes constituídos e etc., que fizeram parte da história do mundo contemporâneo e representam o apogeu das conquistas empreendidas pela humanidade na direção ao Estado de Direito, hoje têm suas bases cada vez mais expostas à fragilidade das novas fronteiras físicas e culturais que aproximam e alinham povos, países e mercados, no mundo globalizado em que vivemos, especialmente nesta nova ordem econômica “neo-liberalizante”.

Evidentemente que com o advento desses novos conceitos, necessariamente são introduzidas modificações nas estruturas dos Estados, que passam por inúmeras inovações e mudanças e, neste caminho, onde nada é eterno, até a trilogia clássica de Montesquieu, me parece ter sido obrigada a se encaixar nesta nova ordem jurídica, econômica e política mundial, não existindo mais, na prática, os estáticos poderes “Executivo, Legislativo e Judiciário”, com facetas únicas de executar, legislar e julgar, respectivamente, e sim, uma multiplicidade de atribuições nas quais, como no caso brasileiro, embora estejam asseguradas a harmonia e a independência dos mesmos¹, cada um pode, de acordo com a legislação pertinente a matéria, atuar supletivamente no âmbito “Interna corporis”, imiscuindo-se de outras atribuições inerentes aos demais poderes quando, a título

¹ Constituição Federal Brasileiro de 1988

de exemplo, normatiza atribuições, estabelece critérios para preenchimento de cargos no setor público, disciplina a concorrência pública em algumas das suas modalidades controla os gastos públicos, estabelece contencioso administrativo, e etc., acenando com um controle externo negativo, quando o judiciário declara a inconstitucionalidade de alguma lei, conforme previsão legal do ordenamento jurídico vigente.

Com o Ministério Público Brasileiro, também não seria diferente e, acompanhando os ares de modernidade que bafejou o mundo contemporâneo e por conseqüência o país, passou por inúmeras, necessárias e imprescindíveis transformações, que tiveram origem na luta árdua de alguns poucos vanguardeiros que trabalharam e empreenderam os esforços e meios necessários à construção de um novo Ministério Público, que efetivamente executasse o seu mister com a galhardia e a convicção necessárias, satisfazendo os anseios e reclamos dos desafortunados e desvalidos da sorte. Exerce hoje o seu papel de promotor de justiça, para efetivamente fazer valer os direitos de todos de forma igualitária, tal qual assegurada na Constituição Nacional onde todos são iguais perante a lei, e não como jocosamente se comenta aqui, ali e alhures, que o código penal era somente para pobres e o código civil para os ricos e poderosos. Entretanto, para se chegar ao píncaro, para se conseguir esta condição, muito chão teve que ser palmilhado e muita luta foi necessária, culminando com a promulgação da Carta Cidadã, (04/10/1988), que elevou o Órgão Ministerial à condição de instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, com a incumbência de velar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme insculpido no seu artigo 127.

Naturalmente com a novel constituição a instituição teve significativo avanço, entretanto, mesmo dantes, já havia alguns que a acreditavam ser uma espécie de “magistratura de pé”, denominação esta com certeza tirada do direito comparado, especialmente do direito ibérico, português e espanhol, no qual a instituição é tratada como Ministério Fiscal, e naquele, os seus membros são designados de magistrados do ministério público, outros defendiam que seria um novo poder, o quarto poder, ainda persistindo para alguns o presente entendimento, tentando reviver ou restaurar uma espécie de poder moderador², numa comparação

² Presente na Constituição imperial de 1824.

similar ao que acontece com a imprensa, tida como uma espécie de poder, afirmação que efetivamente não possui razão de ser do ponto de vista científico.

O mesmo acontece com o Ministério Público, esta afirmação de um novo poder ou a necessidade de sua transformação em tal, não encontra guarida científica, entretanto, como hipótese que não foi testada e comprovada, sua cientificidade não pode ser descartada.

Ademais a evolução que tem caracterizado e produzido as grandes transformações dos últimos tempos no mundo da globalização, nos leva a crer que, no processo democrático é absolutamente livre a exposição do pensamento e que muitos poderão entabular as mais diversas teorias, obviamente não apenas com palavras, mas com fatos que levem a uma conclusão lógica.

Ante a gama de poderes que recebeu, e a resposta ao trabalho da instituição junto às camadas populares, já que desceu do pedestal e foi ao encontro do povo, minimizando a sua flagelação, não se pode de chofre descartar a possibilidade de tal assertiva.

O termo abertura tem significado bem mais amplo do que a previsão etimológica, correspondendo à abertura política, a restauração dos direitos políticos dos que foram cassados pelos governos militares pós 64, eleições livres em todos os níveis e a própria Constituição Federal de 1988, e, com novas atribuições ares de modernidade que a cerca, com o advento da lomp federal, surge no seio da instituição a nível estadual um movimento que ganha força a cada dia, permitindo uma maior democracia na corporação, cuja pedra angular é a realização de eleições diretas e livres para escolha do seu dirigente máximo, o procurador geral de justiça, cuja lista tríplice encaminhada ao governador para escolha, na maioria dos casos é composta somente por promotores de justiça com atuação na segunda instância, os procuradores de justiça, excluindo-se os que atuam na primeira instância.

A nosso ver, do ponto de vista jurídico, muitos são os obstáculos para a concretização do sonho de eleições gerais. O primeiro deles, sem dúvida alguma é encontrado nas barreiras legais existentes, que poderá ser transposto, bastando o envio de lei específica para este fim às Assembleias Legislativas ou Distrital, para as modificações nas leis orgânicas estaduais ou distrital, incluindo tal prerrogativa; a

segunda é a falta de disposição dos atuais procuradores de justiça em aceitar tal desiderato. Obviamente tudo pode ser superado.

É preciso haver uma maior preocupação não somente com a possibilidade de eleições gerais avençado, mas com outros assuntos melindrosos e palpitantes, como a composição do quinto constitucional dos tribunais estaduais, cujo preenchimento é restrito aos procuradores de justiça, quando deveria contemplar, conforme preceito constitucional, todos os membros do Ministério Público, para que se possa efetivamente traçar o perfil democrático da instituição.

No modelo constitucional brasileiro, é absolutamente possível a dinamização do processo eleitoral no âmbito do Ministério Público, inclusive, tal movimento toma ares de expansão e já é latente que até os integrantes do próprio Poder Judiciário, se movimentam no sentido de escolherem pelo voto os presidentes e outros cargos igualmente importantes daquele poder, embora seja forçoso reconhecer que para esta parcela significativa da justiça os obstáculos sejam enormes para concretização de acalantado sonho.

É preciso uma especial atenção das partes envolvidas no processo com a solidez da instituição não bastando a realização tão somente de eleições e a publicação de tais normas, com a participação de todos os integrantes da carreira, é imprescindível que essa nova modalidade de escolha dos governantes da categoria e da forma de composição dos tribunais, produza o fortalecimento da instituição, sendo tais avanços levados ao conhecimento do povo, que com certeza apoiará este novo perfil, bem mais democrático, tomando-se ainda, as cautelas devidas contra possíveis "oportunistas de plantão".

O Objetivo central deste trabalho é traçar o perfil democrático da instituição como um todo, princípios, garantias e etc., além de analisar o atual processo de escolha dos dirigentes do Ministério Público, bem como a forma de composição do quinto constitucional dos tribunais, que hoje se encontra restrito aos membros de segunda instância, traçando algumas poucas linhas sobre os elementos da democracia, do processo eleitoral, do órgão ministerial delineado com a Constituição de 1988 e esta nova realidade que ora se vislumbra, onde, em alguns Estados da União, já é possível o promotor de justiça se candidatar ao cargo máximo da instituição.

Uma série de questionamentos leva o presente trabalho a manter uma estrutura eminentemente jurídica, com a preocupação maior de manter o compromisso com o desenvolvimento do tema e o resultado da pesquisa, não tergiversando para outras áreas:

- 1) Uma abordagem introdutória onde se tenta conhecer alguns elementos da democracia, tecendo-se comentários generalizados.
- 2) A consequência natural da parte inicial da pesquisa gerará uma abordagem da democracia, na modalidade representativa.
- 3) Para se traçar o perfil constitucional dos ministérios públicos estaduais brasileiros, necessário se faz que, se entenda a forma democrática de escolha dos seus dirigentes, leia-se, processo político eleitoral de escolha dos agentes políticos nas três esferas do poder político, de outra banda, indubitavelmente, não pretendemos explicar literal e categoricamente como o mesmo ocorre, ante o conhecimento generalizado e abalizado que a maioria detém sobre o assunto, fartamente discutido especialmente neste ano eleitoral.
- 4) Traçar um perfil, especialmente democrático, de algum dos poderes constituídos ou de uma instituição, em todo e qualquer caso, torna-se imprescindível que se tenha algum conhecimento básico sobre a sua essência, ou seja, sobre aquilo que se pretende, e neste particular nada mais didático sobre o ministério público, que a sua faceta constitucional, onde encontraremos sua importância, seus princípios, formas de assunção aos cargos públicos, suas espécies, sua autonomia, suas funções institucionais, garantias, impedimentos, vedações e etc..³

³ Entendemos oportuno esclarecer que a posição a que se chega e que tomamos ao final da dissertação é teórica e com características abrangentes. Não temos a intenção de confrontarmos com doutrinadores ou juristas acerca do tema, nosso objetivo maior é incutir o entendimento democrático da liberdade de expressão, tentando mostrar a necessidade de se revisarem alguns conceitos

- 5) Com o cabedal de informações já produzidas pode se chegar ao perfil atual e ao desejado, dentro do tema escolhido, limitado aos Ministérios Públicos dos Estados, embora saibamos que a Constituição dividiu o Ministério Público em: Ministério Público da União, com quatro variações, a saber, Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios, embora não existam mais territórios, e o Ministério Público dos Estados, objeto deste trabalho; o primeiro com atuação perante a Justiça Federal, Trabalhista, Militar e Distrital, inclusive Tribunais, enquanto que o segundo perante a Justiça comum.

Quanto às técnicas metodológicas, foi utilizado o estudo do posicionamento atual da doutrina, disposto em livros, revistas, artigos, etc.; fez-se a análise de alguns textos legais, tendo sido empregados instrumentos analíticos do direito comparado, direito internacional, direito eleitoral e etc. Foram realizadas buscas via Internet.

A motivação essencial deste estudo originou-se da disputa ocorrida no seio da instituição que faço parte, o Ministério Público da Paraíba, quando alguns colegas lutaram pela possibilidade de um membro de primeira Instância pudesse vir a ser alçado a condição de Procurador Geral de Justiça, ou Promotor Geral de justiça, como alguns defendem, fato que não é admitido por nossa lei orgânica, entretanto, em alguns Estados da federação alguns promotores de justiça já foram alçados a tal condição, enquanto que a participação é assegurada, via liminar, não se tendo notícias de decisões com trânsito em julgado acerca de tal questão. Ademais, por se tratar de assunto inerente a instituição, reunindo-se os órgãos competentes, o procurador geral de justiça pode enviar projeto de lei a Assembléia Legislativa estadual com o objetivo de resolver a questão, não sendo matéria que gere inconstitucionalidade. Embora o tema em si seja complexo e novo, dificuldades enormes tiveram que ser suplantadas para a realização da pesquisa e coleta de

informações confiáveis, ante a vastidão de informações, especialmente sobre os temas satélites, entretanto entendemos que os rabiscos ora grafados podem contribuir para uma análise mais profunda acerca do tema, servindo para fomentar a discussão acerca de tão apaixonante e enclausurado assunto.

DISSERTAÇÃO:

PERFIL DEMOCRÁTICO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS
ESTADUAIS

MANOEL PEREIRA DE ALENCAR

CRATO - CEARÁ

CAPÍTULO I

DEMOCRACIA

Democracia tão em voga no mundo moderno, especialmente após a derrubada do muro de Berlim e a derrocada do comunismo, que era o regime social, econômico e político desenvolvido teoricamente por Karl Marx¹, regime no qual, numa etapa posterior ao socialismo, os partidos comunistas o propuseram com esboço na forma da propriedade coletiva dos meios de produção, juntamente com Friedrich Engels² (1820 – 1895), também filósofo alemão, criaram o Marxismo³, doutrina fundada no materialismo dialético⁴, e que se desenvolveu através das teorias da luta de classes e da elaboração do relacionamento entre os meios de produção, capital e trabalho, e que deram origem a teoria e da tática da revolução proletária, na qual os homens recebem o seu sustento de acordo com a remuneração recebida pelo trabalho que executa

Da idade clássica a hoje o termo “democracia” foi sempre empregado para designar uma das formas de governo, ou melhor, um dos diversos modos com que pode ser exercido o poder político. Especificamente, designa a forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo.

O conceito de democracia pertence a um sistema de conceitos, que constitui a teoria das formas de governo, ele não pode ser compreendido em sua natureza específica senão em relação aos demais conceitos do sistema, dos quais delimita a extensão e é por eles delimitado.

¹ (1818 – 1883) – filósofo alemão;

² (1820 – 1895) – filósofo alemão;

³ Marxismo – doutrina dos filósofos acima citados fundada no materialismo dialético, e que se desenvolveu através das teorias da luta de classes e da elaboração do relacionamento entre o capital e o trabalho, do que resultou a criação da teoria e da tática da revolução proletária.

⁴ Materialismo dialético – doutrina que admite que as chamadas condições concretas materiais são suficientes e eficientes para a efetiva explicação dos fenômenos que se apresentam a investigação, incluindo-se aí, os fenômenos sociais, mentais ou históricos, combinadas com a arte do diálogo ou da

Em sentido mais geral, democracia designa um modo de vida numa sociedade em que se acredita que cada indivíduo tem direito a participar livremente dos valores dessa sociedade. Num sentido mais limitado, democracia é a oportunidade dos membros da sociedade de participarem livremente das decisões em qualquer campo, individual ou coletivamente. No seu sentido mais restrito, o termo designa a oportunidade dos cidadãos de um Estado de participarem livremente das decisões políticas mais específicas que lhes afetam a vida individual e coletiva.

O significado do termo democracia dilatou-se historicamente, embora algumas das concepções mais gerais já existissem no passado, sem estarem associadas ao termo. Na medida em que se considera democracia como uma teoria de governo, no sentido político mais específico, há dois conceitos principais que na prática podem se tornar antagônicos. Um refere-se à obediência à vontade do povo, o outro à livre participação do indivíduo na formação dessa vontade.⁵

A concepção de democracia no mundo ocidental, que defende a igualdade dos cidadãos perante a lei, um governo responsável perante a maioria dos eleitores e a obediência às leis emanadas da maioria, desde que haja sufrágio universal pelo voto livre e secreto, eleições regulares com mais de um partido político, e liberdade de expressão, de imprensa e de religião, e ainda outras liberdades individuais.

Ainda no Ocidente, a democracia em relação à tomada de decisões econômicas está associada ao liberalismo do séc. XIX e à sua filosofia de direitos de propriedade individual, tanto como fator de liberdade, quanto como condição necessária de democracia política.

Segundo os marxistas que adotam a concepção de democracia majoritária absoluta sob a forma de ditadura do proletariado, esses elementos de liberdade individual integram a superestrutura do Estado e enquanto houver a propriedade privada dos meios de produção, eles serão manipulados de modo a servir apenas aos interesses da classe proprietária.

discussão, quer no sentido panegírico, como força de argumentação, quer no sentido pejorativo, com o excessivo emprego de sutilezas;

⁵ De forma igual a New England town meeting, onde todos os cidadãos tomavam decisões diretamente através de democracia representativa;

Democracia no sentido de participação popular nas tomadas de decisões em outras esferas que não o Estado pode ter aplicação quase ilimitada, examinando-se hoje tal participação até o nível das relações familiares. Historicamente o termo teve a maior importância na área da política religiosa e na vida econômica, e esta última constitui, talvez, o foco das discussões contemporâneas. O pensamento socialista ressalta a possibilidade de tomada de decisões na indústria por parte dos trabalhadores e estimula a intervenção do Estado ou a expansão da propriedade estatal como meio de garantir tal participação⁶.

A experiência Soviética tentou demonstrar a muitos que o controle estatal do sistema econômico pode ameaçar a democracia política. Já se é advertido por vários estudiosos que o Estado, sob a teoria e prática mais democráticas, pode tornar-se antidemocrático, se procurar controlar diretamente a atividade econômica total.

Recentemente, ao se falar em democracia passou-se a se concentrar cada vez mais no nivelamento da sociedade. Há um consenso geral de que democracia política significa mais do que mera forma de governo, principalmente porque há crescentes demonstrações externas de louvor às formas democráticas sem que se pratique a democracia política nos seus valores essenciais.

Há uma idéia muito difundida de que para as formas democráticas funcionarem na prática, deve haver um certo nível de educação geral e na impossibilidade de um bem-estar econômico, pelo menos a ausência de pobreza geral.

Para uma sociedade ser democrática no sentido mais amplo deve haver não só liberdade e igualdades políticas, mas também liberdade e igualdade econômica, mas há uma ampliação crescente deste conceito, que insere a exigência de padrões de vida mínimos, abaixo dos quais não se deve permitir que ninguém viva. Ademais a própria igualdade de oportunidade econômica corre paralelamente a uma preocupação com todo o contexto da vida e da motivação de todos os homens.

Hoje, há também uma crescente ênfase na igualdade social de todos os homens, uma igualdade de respeito que transcende o status, a riqueza e o poder;

⁶ L. Wasserman, em seu *Modern political philosophies*, observa que "não se deve considerar a democracia como um modelo acabado de sociedade, de um governo ou sistema econômico" e mais adiante nota que "uma economia capitalista permaneceria compatível com a democracia enquanto contribuísse com um máximo de bens materiais e não violasse as exigências superiores de progresso pessoal e social".

uma igualdade de consideração que busca para cada homem a mais completa realização das potencialidades de sua personalidade, de acordo com algum critério humanístico.

Portanto, como se verificou acima, democracia é concebida, sobretudo como um regime político, o governo do povo, pelo povo e para o povo, que o exerce direta e indiretamente, expressa um estilo e se converte numa filosofia de vida, como forma de coexistência.

Para que seja alcançada e vivenciada, está relacionada com a existência dos seguintes elementos:

- a) – acesso a cargos públicos;
- b) – acesso livre a informação;
- c) - direito de votar e ser votado;
- d) – eleições soberanas, com livre exercício do sufrágio e isentas;
- e) – liberdade de expressão;
- f) – liberdade de organização e reunião, e etc..

A democracia expressa valores, que são liberdade, igualdade e maioria.

Acerca do tema Pinto Ferreira e Pontes de Miranda assim se expressaram, respectivamente, conforme⁷:

“Evidentemente, se a igualdade é da essência da democracia, deve ser uma igualdade substancial, realizada, não só formalmente no campo jurídico, porém estendendo a sua amplitude às demais dimensões da vida sociocultural, inclusive na zona vital da economia”.

“Liberdade (fundo), igualdade(fundo) e democracia(forma) são três caminhos distintos, precisos, claros,. São como três caminhos, três dimensões pelas quais se anda: sobe-se uma;

⁷ Carvalho, Kildare Gonçalves. Direito Constitucional Didático. Fls.113/114;

por outra, vai-se para os lados; pela terceira, marcha-se para frente, ou para trás. Não se pode por uma só linha caminhar pelas três; nem avançar de um ponto, por uma delas significa avançar pelas três. Cada uma existe independentemente das outras.

A evolução tem de se processar nas três. Em certos momentos a Grã-Bretanha realizou mais liberdade. Os Estados Unidos, mais democracia. A Rússia, mais igualdade.

Quem diz democracia, liberdade e maior igualdade refere-se, necessariamente, às três estradas. Estrada larga, subindo, é fusão das três. Mas, ainda aí, não se confundiram as dimensões, isto é, os três conceitos”.

O grau de realização da democracia é limitado:

- a) – pelas condições sociais, econômicas e culturais de existência;
- b) – pelas características do Estado existente;
- c) – pelos modos efetivos do regime de governo e de seu funcionamento;
- d) – pelas ações e estilos dos governantes.

Não se pode falar em democracia, sem deixar de, pelo menos mencionar os seguintes tipos: democracia liberal, democracia social, democracia cristã, social democracia e o socialismo democrático.

TIPOS DE DEMOCRACIA:

- a)– Democracia Direta: o exercício do poder político pelo povo, reunido em assembléia plenária da comunidade;
- b)– Democracia Indireta: ou representativa, é aquela que o povo e governado por meios de representantes eleitos;
- c)– Democracia Semidireta, cuja característica é a utilização de mecanismos da democracia representativa e da direta: referendo, plebiscito, iniciativa popular, recall.

1. DEMOCRACIA DIRETA

A democracia direta é uma forma de exercício do poder político na qual o povo, sem outorgar mandato a representantes ou deputados, desenvolve atividade política de gestão, controle, orientação ou decisão, especialmente através do eleitorado. O uso dos instrumentos da democracia direta foram reduzidos ou substituídos pelo crescimento demográfico, a contextura das cidades, o novo ritmo da sociedade industrial já a caminho da sociedade automatizada que contribuíram para o aperfeiçoamento de outros processos para a organização da sociedade de massas.

Quando se fala de democracia direta ou semidireta, se está diante de um aspecto meramente nominal do problema. Embora seja certo que a democracia direta se encontra em estado puro, nem mesmo em pequenas localidades, também é certo que algumas decisões, ou o controle que ela pode exercer, são sempre fundamentais no corpo político, com maior rigor e intensidade que as decisões comuns e os comportamentos cotidianos.

A validade dos processos de democracia direta pode ser estimável no mundo contemporâneo. Ela é útil para determinar o sentimento do povo quando a

organização estatal e o regime não estão bem constituídos, ou quando não se pretenda introduzir determinadas formas políticas. Também serve para expor certos problemas fundamentais, afastando-os dos ambientes viciados dos conchavos políticos.

Pode ainda beneficiar o governo municipal, visto que a democracia direta e a democracia local estão muito próximas, principalmente quando se trata de assuntos de natureza financeira ou decisões de caráter fundamental e ainda pode ser um ponto de partida para a compreensão democrática de viver, embora não seja conveniente usar com muita assiduidade esses instrumentos de expressão de critério popular⁸.

Na democracia direta, o povo é o protagonista da atividade política. Quando funciona como conjunto de cidadãos, no estilo de certos cantões suíços, é óbvio que nem todos os membros da comunidade comparecem, havendo casos em que não podem fazê-lo por incapacidade ou por certas proibições.

No corpo eleitoral, o comparecimento é limitado aos que têm capacidade eleitoral. Apesar de tudo, a lealdade democrática é extensiva a todos e essas limitações e não descaracterizam a democracia direta. Salvo exceções, o povo atua diretamente. Sua natureza e estrutura partindo parcial ou totalmente dessa linha de atividade parcial ou total do povo, podem ser definidas da seguinte forma:

- a) Forma de organização estatal – A democracia direta fundamenta-se num conceito específico de soberania, o da soberania popular. O Estado, o regime e as instituições delegadas e locais funcionam em torno dela. Nas democracias representativas mais puras, pluralistas ou populistas, a democracia direta é apresentada como um intenso modo de atuar das comunidades menores de tipo territorial, compensando os defeitos que pode produzir a representação ao afastar o mandatário de sua fonte originária que é o povo. Ela é também um órgão primário de governo. Por meio do grupo de cidadãos ou do corpo eleitoral, adotam-se decisões fundamentais e controlam-se adequadamente as instituições políticas.

⁸ TALMON, J. L. The rise of totalitarian democracy. Comenta que *"a democracia direta é a ante-sala da ditadura... É um convite a um partido totalitário da oposição para manobrar a agitação, organizar o descontentamento e a vontade do povo..."*

- b) É uma forma de vida – Os processos da democracia direta constituem uma referência muito profunda para criar modelos de comportamento democrático e, se são sinceros, para impedir que o cidadão se torne mero súdito, traduzem também um modo fundamental de participação política. A democracia conta com outros meios para manifestar a vontade popular, principalmente os de comunicação de massa e as forças políticas. A ideologia não determina a existência da democracia direta ou semidireta, a não ser que não tenha como base o critério da soberania popular.

Para compreender melhor a democracia moderna, hoje ela é pluralista, vive sobre a existência, a multiplicidade e a vivacidade das sociedades intermediárias. Mais que pela igualdade das condições, a sociedade Americana impressionou Tocqueville pela tendência que têm os seus membros de se associarem entre si com o objetivo de promover o bem público, tanto que independentemente das associações permanentes, criadas pela lei sob o nome de comunas, cidades e condados, há uma multidão de outras, que devem o seu surgimento e o seu desenvolvimento tão-somente a vontade individuais.

Nas sociedades Aristocráticas, os homens não precisam se unir para agir, porque já estão solidamente mantidos juntos. Cada cidadão rico e poderoso forma ali como que a cabeça de uma associação permanente e necessária, composta por todos aqueles que dele dependem e que ele faz concorrer para a execução de seus desígnios. Nas democracias, pelo contrário, todos os cidadãos são independentes e ineficientes, quase nada podem fazer sozinhos e nenhum dentre eles seria capaz de obrigar seus semelhantes a lhe emprestar sua cooperação. Se não aprendem a se ajudar livremente, caem todos na impotência.

2. DEMOCRACIA REPRESENTATIVA

A democracia indireta ou representativa é aquela em que o povo se governa por meio de representantes eleitos por ele, que tomam em seu nome ou no seu interesse as decisões políticas. Envolve, portanto, a democracia indireta o instituto da representação.

A democracia indireta é a representativa. O Exame da representação política, como instituto do Direito Constitucional, é imprescindível para o conhecimento da democracia.

Para a Sociologia, representação significa uma forma de relação social que comunica a vários indivíduos o resultado de alguns.

No Direito Constitucional, a representação política consiste numa relação de direito público pela qual certos agentes recebem de uma parcela da sociedade (corpo eleitoral) poderes específicos com as correspondentes responsabilidades. Assim, o fundamento jurídico da representação política é o procedimento eleitoral que vem definido na Constituição e nas leis.

A democracia representativa envolve, assim, um conjunto de mecanismos e procedimentos constitucionais para se efetivar, tais como eleições, sistema eleitoral, partidos políticos, etc..

A transferência do poder representativo que os eleitores propiciam aos eleitos configura o chamado mandato representativo: quem representa a que, como e para que finalidade evidencia a delicada questão dos fundamentos e da natureza da representação política.

O mandato político representativo surgiu da impossibilidade material de fazer funcionar a democracia integral em países de elevada população. Mas há uma outra razão que pode ser invocada em seu favor: onde as questões políticas atingem um considerável grau de complexidade, o corpo eleitoral de cidadãos não disporia de tempo suficiente nem de capacidade necessária para o exercício, por si próprio, do poder político. Assim, são designadas pessoas que, pela sua formação, estudos, cultura e experiência, se acham aptas a tomar decisões em nome da coletividade.

Seria então um governo dos mais capazes que a massa popular. Nesse aspecto, a democracia representativa faz parte de uma visão elitista da sociedade.

Com relação à natureza jurídica, o mandato político-representativo não se confunde como direito privado nem com o chamado mandato imperativo.

Caracteriza-se o mandato de direito privado pela outorga, do outorgante ou outorgado, de poderes revogáveis a qualquer tempo, para representá-lo em negócio jurídico, praticando em nome do outorgante ou mandante, nos limites do instrumento do mandato. O mandato cria, assim, entre as partes uma relação jurídica mediante a qual se explica que os atos do mandatário produzem os mesmos efeitos como se eles emanassem diretamente do mandante.

Inspirado no mandato de direito Privado, nasceu o mandato imperativo, pelo qual os seus titulares se vinculavam às instruções do mandante e ficavam obrigados a obter dele novas instruções para a prática de atos não constantes do mandato. Havia também a possibilidade de revogação da representação. O mandato imperativo ocorreu nos Estados Gerais da monarquia francesa.

Já o mandato representativo não se identifica com o mandato de Direito Privado. Nele o mandatário não está adstrito às determinações do mandante, não pode ser destituído: o mandato não comporta revogação, e o mandatário não está sujeito a prestação de contas, salvo as que sua consciência determinar. O mandatário não age em nome dos mandantes, dos que nele votaram, mas em nome do povo ou da nação. Diz-se então que o mandato representativo é geral, livre e irrevogável, salvo nos casos previstos na Constituição, como de perda de mandato (arts. 55 e 56 da Constituição Brasileira), bem como nas hipóteses em que excepcionalmente é admitida a revogação, como a do recall no direito norte-americano.

O mandato representativo não tem, contudo, conseguido alcançar a identidade entre o povo e o seu representante. É que a fragmentação da vontade geral do povo, em vontade parciais, resultante da divisão do eleitorado, do pluralismo político, dos grupos e forças de pressão, vem concorrendo para a transformação do sistema representativo, deixando então os Parlamentos de atuarem como órgãos de representação de todo o povo ou de toda a nação, para

expressar interesses parciais, pela redução da autonomia de parlamentares que passam a se vincular aos setores que influíram em sua eleição.

Outro fator que influencia na formulação da representação política é a presença, no quadro das instituições democráticas, dos partidos políticos, eis que a designação dos mandatários fica vinculada ao fenômeno partidário.

Sobre o tema, assim se expressa Manoel Gonçalves Ferreira Filho:

“Desempenhando os partidos adequadamente estas duas funções – Estabelecer um programa de governo e selecionar pessoas (candidatos) capazes - as eleições perderiam o caráter de mera escolha de homens para governar, ganhando a dimensão de seleção entre programas de governo. Disso decorre, que, o titular do mandato é o partido, que o exerce por meio de homens que não passam de seus órgãos de expressão”.

3. DEMOCRACIA SEMIDIRETA

As características da democracia semidireta é o hibridismo, ou seja, a mistura de instrumentos ou mecanismos da democracia direta e da democracia indireta, sendo os principais, os seguintes:

O **plebiscito** = forma de consulta popular em que o cidadão é convocado a manifestar-se sobre algum fato político ou institucional, com o objetivo de atribuir-lhe valor jurídico.

Ex.: Plebiscito sobre o sistema de governo, ocorrido no Brasil, em dias recentes, conforme previsão constitucional;

O **referendo** = consulta popular na qual os cidadãos manifestam-se sobre decisões dos órgãos legislativos. Surgiu na Suíça, utilizado na França, desde a Revolução, e muito utilizado no Uruguai.

A **iniciativa popular** = é o direito de proposição de medida legislativa, por parte dos cidadãos, mediante o estabelecimento de um quorum. Previsto na Constituição Brasileira e extensivo aos três níveis de poder.

O **recall** = é um direito político atribuído ao cidadão de poder revogar o mandato outorgado a representantes eleitos, exige quorum mínimo. É originário dos Estados Unidos.

CAPÍTULO II

O MINISTÉRIO PÚBLICO E O DIREITO ELEITORAL

(alguns aspectos e dispositivos selecionados)

O Direito Eleitoral no Brasil, corresponde a um dos temas a desafiar qualquer estudo mais criterioso por apresentar legislação insuficiente, incompleta, lacunosa e casuística, dentre outros adjetivos, bem como escassa doutrina, pois as regras são voláteis, transmutando-se de acordo com a realidade de cada eleição que ocorre.

A legislação eleitoral brasileira atual, composta dentre outras leis:

- Código Eleitoral (Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965);
- Lei Complementar n.º 064/1990;
- Lei n.º 9.100/1995;
- Lei n.º 9.504/1997, entre outras, além de uma seqüência quase interminável de Resoluções emanadas do Tribunal Superior Eleitoral, que se multiplicam a cada dia, especialmente em anos eleitorais visando adaptar-se a nova realidade de cada pleito, uma vez que, ocorre um acréscimo de novos eleitores, bem como a multiplicidade de partidos políticos.

Evidentemente que existe legislação eleitoral no Brasil deste os tempos do Brasil colônia, à saber:

a) Brasil Colônia:

- As Ordenações do Reino de 1603 - Ordenações Filipinas, nas quais destacavam-se o alvará, de 12 de novembro de 1611, que preenchia certas lacunas das Ordenações, além das cartas régias e das provisões;

b) Brasil Imperial:

- Decreto de 26 de março de 1824. Que tinha por objetivo disciplinar as eleições das assembleias paroquiais, Senado, Câmara e Conselhos Provinciais e etc., além da nomeação dos eleitores, apuração, colégios paroquiais.
- Decreto n.º 157, de 04.03.1842. Que aboliu o voto por procuração.
- Lei n.º 387, de 19 de agosto de 1846. A primeira lei originária do processo legislativo regular, que aboliu a qualificação pelas mesas receptoras.
- Decreto n.º 842, de 19.09.1855. Que instituiu a lei dos círculos e enumerou *algumas incompatibilidades*.
- Decreto n.º 1.082, de 18.08.1860. Derrogou as anteriores e aumentou o número de Deputados.
- Decreto n.º 2.675, de 20.10.1875. Lei do terço, já que os eleitores votavam em dois terços dos elegíveis.
- Lei n.º 3.029, de 09.01.1881. "Lei Saraiva", aboliu as eleições indiretas e introduziu o voto do analfabeto.
- Lei n.º 3.340, de 14.10.1887. Última lei eleitoral do Império, modificando o processo de eleição.

c) - Brasil República:

- Decreto n.º 663, de 14.08.1890. Estabeleceu meios para a fiscalização eleitoral.
- Lei n.º 35, de 26 de janeiro de 1892. Primeira lei republicana em matéria eleitoral, estabelecendo o processo direto de eleições federais.

- Lei n.º 1.269, de 15.11.1904. “Lei Rosa e Silva”, revogou a Lei n.º 35/1892, previa a apuração pelas mesas receptoras e elencava tipos penais eleitorais, lei eleitoral mais importante da República Velha.
- Decreto n.º 2.419, de 11.07.1911. Estabeleceu inelegibilidades.
- Lei n.º 3.129, de 02.08.1916. Normatizou o processo eleitoral, o alistamento e o controle de execução ao Poder Judiciário sobre Leis eleitorais.
- Lei n.º 3.208, de 27.12.1916. Corrigiu o sistema eleitoral brasileiro.
- Decreto n.º 4.226, de 20.12.1920. Instituiu o alistamento permanente e regulou a exclusão eleitoral; e etc., não citaremos pormenorizadamente toda a legislação em vigor, somente noções, e não faremos tabula rasa, sobre direito eleitoral, o que não é o nosso propósito, afinal nosso objetivo é traçar o perfil democrático dos Ministérios Públicos Estaduais, efetuando uma cisão entre este e o Ministério Público Federal e, para tanto, mister se faz que se compreenda o processo de evolução do direito eleitoral e dos procedimentos eleitorais do Brasil e sua decisiva contribuição ao processo de democratização e re-democratização, bem como a indelével importância para se traçar o perfil dos Ministérios Públicos Estaduais.

Observamos ainda que a legislação eleitoral, como regramento básico, só acontece na década de 30 do século passado, quando foi efetuada a primeira codificação, vejamos:

- Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Primeiro Código Eleitoral brasileiro, no qual a participação do Ministério Público, como um todo, era episódica.
- Lei n.º 48, de 04 de maio de 1935, novo Código eleitoral de 1935. O Ministério Público Eleitoral passou a ter ampla participação.
- Decreto-Lei n.º 7.586, de 28 de maio de 1945. Recriou a Justiça Eleitoral, que fora extinta com a Constituição de 1937.

- Lei n.º 1.164, de 24.07.1950. Código Eleitoral de 1950. Ocorreu um retrocesso em relação a participação ministerial, sendo extinto o capítulo relativo ao mesmo, tendo assegurada participação mínima e de modo ocasional e assistemática.
- Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965. O Código Eleitoral em vigor, que com o advento posterior da constituição Federal de 1988, ocorreu uma efetiva valorização do papel do Ministério Público, especialmente dos Ministérios Públicos Estaduais.

Entretanto não podemos deixar de destacar o conjunto das seguintes leis, que existiam supletivamente a codificação eleitoral:

- Lei n.º 1.341, de 30.01.1951. Estatui a Lei Orgânica do Ministério Público da União, dispõe sobre o Ministério Público Eleitoral e o exercício de suas funções, inclusive na parte do Ministério Público dos estados.
- Lei n.º 2.982, de 30.11.1956. Estabeleceu modelo de cédula única para as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República.
- Lei n.º 4.410, de 24.09.1964. Que instituiu a prioridade para os feitos eleitorais.
- Lei n.º 4.740, de 15.07.1965. Primeira Lei Orgânica dos Partidos Políticos.
- Lei Complementar n.º 5, de 29.04.1970. Lei das Inelegibilidades e do processo de registro, assim como da Ação de Impugnação do Pedido de Registro de Candidatura. Previu crime eleitoral.
- Lei n.º 5.682, de 21.07.1971. Lei Orgânica dos Partidos Políticos.
- Lei n.º 6.091, de 15.08.1974. Regula o fornecimento gratuito de transporte, em dia de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais e dá outras providências, inclusive prevendo crimes eleitorais.
- Lei n.º 6.996, de 07.06.1982. Dispõe sobre o processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais. Prevê crime eleitoral.

- Lei n.º 7.021, de 06.09.1982. Estabelece o modelo de cédula oficial única a ser usada nas eleições de 15.11.1982. Estabelece crime eleitoral.
- Emenda Constitucional n.º 25, de 15.05.1985. Altera artigos da Constituição Federal de 1969. Estabelece eleição direta para Presidente e Vice-Presidente da República e restabelece o voto do analfabeto como facultativo.
- Lei n.º 7.444, de 20.12.1985. Dispõe sobre a implantação do processamento eletrônico de dados no alistamento eleitoral e a revisão do eleitorado.
- Lei Complementar n.º 064, de 18.05.1990. Revogou a Lei Complementar n.º 5/1970. Estabelece, de acordo como artigo 14, & 9.º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazos de cessação e prevê crime eleitoral.
- Lei n.º 8.214, de 24.07.1991. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 1992 e dá outras providências.
- Lei n.º 8.350, de 28.12.1991. Dispõe sobre gratificações e representações na Justiça Eleitoral.
- Emenda Constitucional n.º 02, de 25.08.1992. Dispõe sobre o plebiscito previsto no art. 2.º do ADCT.
- Lei n.º 8.624, de 04.02.1993. Dispõe sobre o plebiscito que definirá a forma e o sistema de governo e regulamenta o art. 2.º do ADCT alterado pela EC n.º 02/1992.
- Lei n.º 8.625, de 12.02.1993. Instituiu a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre as normas gerais para a organização do Ministério Público dos estados e dá outras providências.
- Lei Complementar n.º 75, de 20.05.1993. Dispõe sobre a organização, as atribuições e o Estatuto do Ministério Público da União.
- Emenda Complementar n.º 04, de 14.09.1993. Dá nova redação ao artigo 16 da Constituição Federal.

- Lei n.º 8.713, de 30.09.1993. Estabelece normas para as eleições de 03 de outubro de 1994.
- Emenda Complementar n.º 04, de 07.06.1994. Dá nova redação ao §9.º do artigo 14 da Constituição Federal.

Evidentemente que pela natureza da matéria objeto do seu conteúdo, o Direito Eleitoral está lastreado na Constituição, cujas disposições fundamentais determinam e especificam o rumo a ser seguido, de ordem material ou formal, sendo fonte fecunda para este ramo do direito.

Principais dispositivos eleitorais previstos nas Constituições do Brasil:

- **Constituição Imperial de 1824;**

Dispôs sobre eleições indiretas para deputados e Senadores para a Assembléia Geral e Conselhos Gerais das Províncias; Sobre quem podia, ou não, votar nas Assembléias Paroquiais e sobre quem era elegível, legando à lei regulamentar a missão de marcar o modo prático das eleições, e o número de deputados relativamente à população do Império. (arts. 90 a 97).

- **Constituição Republicana de 1891;**

Primeira Constituição da República que previa eleições por "sufrágio direto da nação e maioria absoluta de votos" para Presidente e Vice-Presidente da República. Exigia maioria absoluta entre os votados; isso não ocorrendo o Congresso elegia um entre os dois mais votados, por maioria dos votos presentes. Previa, também inelegibilidades para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, e deixou para a lei ordinária regular o processo de eleição e de apuração (art. 47.)

- **Constituição de 1934;**

Esta Carta teve como mérito recepcionar no seio da constituição – uma vez que já havia sido criada pelo Código Eleitoral (Decreto n.º 21.076, de 24.02.1932) – a Justiça Eleitoral como Órgão do Poder Judiciário (art. 63, d). Atribuiu jurisdição eleitoral plena ao Juizes vitalícios, na forma da lei (art. 82, & 7.º).

Estabeleceu a competência privativa da Justiça Eleitoral para o processo das eleições federais, estaduais e municipais, inclusive a dos representantes das profissões (art. 83, caput) competência essa que ia desde organizar a divisão eleitoral do país até o poder de decretar a perda do mandato legislativo, passando pela competência para processar e julgar os delitos eleitorais e os comuns que lhe fossem conexos. Dispôs, também, sobre o alistamento, direitos políticos e inelegibilidades (art. 108 a 112), *assim como sobre as eleições para Presidente da República* (art. 52).

- **Constituição de 1937;**

Esta Constituição do Estado Novo extinguiu a Justiça Eleitoral, dispondo, todavia, sobre eleitores, direitos políticos e inelegibilidades (arts. 117 a 121). A Lei Constitucional n.º 09, de 28.02.1945, deu origem a edição do (embora ainda decreto-lei) Decreto- lei n.º 7.586, de 28.05.1945, que recriou a Justiça Eleitoral como órgão autônomo do Poder Judiciário.

- **Constituição de 1946;**

Manteve a Justiça Eleitoral, dispondo sobre sua competência (arts. 108 a 121), assim como sobre o alistamento, inelegibilidades e direitos políticos (arts. 131 a 140). Atribuiu à União a competência privativa para legislar sobre o Direito Eleitoral.

- **Constituição de 1967;**

Pelos artigos 123 a 132 foi mantida a Justiça Eleitoral como órgão do Poder Judiciário, dispondo outrossim, o texto, sobre os direitos políticos (arts. 142 a 148) e sobre os Partidos Políticos (art. 149).

- **Constituição de 1969;**

Regulou a Justiça Eleitoral dentro dos órgãos do Poder Judiciário, assim como dispôs sobre os direitos políticos e Partidos Políticos (arts. 130 a 140 e arts. 147 a 152);

- **Constituição de 1988;**

A atual Constituição regulou os direitos políticos (arts. 14 a 16); dispôs sobre os Partidos Políticos (arts. 17); manteve a Justiça Eleitoral dentro do Poder Judiciário, como um de seus órgãos (art. 92, V e arts. 118 a 121). Regulou a eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, indicando as substituições e seu processo, nos casos de impedimento e vacância. No Ato das Disposições Constitucionais Transitórias contêm vários artigos referentes ao Direito Eleitoral mormente sobre o plebiscito, mandatos e eleições⁵ (arts. 2.º, 4.º, 5.º e etc..), à seguir principais tópicos sobre o assunto:

ELEIÇÕES (vide Constituição Federal – tópicos dos principais assuntos relacionados)

CAPÍTULO IV DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;*
- II - referendo;*
- III - iniciativa popular.*

§1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

- I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;*
- II - facultativos para:*
 - a) os analfabetos;*

- b) os maiores de setenta anos;
- c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

~~(*) § 5º - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 16, de 04/06/97:

"§ 5º O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente."

§ 6º - Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8º - O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- I - se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II - se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

~~(*) § 9º - Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão n.º 4, de 07/06/94:

§ 9º. Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta."

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de:

- I - cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;
- II - incapacidade civil absoluta;
- III - condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;
- IV - recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;
- V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

~~(*) Art. 16. A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após sua promulgação.~~

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 4, de 14/09/93

:"**Art. 16.** A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência."

CAPÍTULO V DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos:

- I - caráter nacional;
- II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes;
- III - prestação de contas à Justiça Eleitoral;
- IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei.

§ 1º - É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias.

§ 2º - Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

§ 3º - Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

§ 4º - É vedada a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

- Alistamento eleitoral:
 - a) Obrigatoriedade, facultatividade e impedimentos – art. 14, § 1º;
 - b) inalistáveis – art. 14, § 2º. –(militar)– art. 14, § 8º.
- Câmara Territorial – art. 33, § 3º.
- Deputados Distritais:
 - a) idade mínima – art. 14, § 3º., VI, c,
 - b) mandato – art. 32, § 3º.
- Deputados Estaduais:
 - a) idade mínima – art. 14, § 3º., VI, c,
 - b) mandato – art. 27, § 1º.
- Deputados Federais:
 - a) idade mínima – art. 14, § 3º., VI, c
 - b) legislatura; duração – art. 44, parágrafo único – representação pelo sistema proporcional;
 - c) lei complementar; representação e número; Territórios – art. 45
- Direito Eleitoral; legislação; competência privativa da União/ condição de elegibilidade – art. 14, § 3º., IV, e ADCT 5º. § 1º.
- domicílio eleitoral/ condição de elegibilidade – art. 14, § 3º., IV, e ADCT⁹ 5º., § 1º.

⁹ Art. 5º. Não se aplicam às eleições previstas para 15 de novembro de 1988 o disposto no art. 16 e as regras do art. 77 da Constituição.

§ 1º - Para as eleições de 15 de novembro de 1988 será exigido domicílio eleitoral na circunscrição pelo menos durante os quatro meses anteriores ao pleito, podendo os candidatos que preenchem este requisito, atendidas as demais exigências da lei, ter seu registro efetivado pela Justiça Eleitoral após a promulgação da Constituição.

- elegibilidades (direitos políticos)/ condições – art. 14, §§ 4º, 7º e 9º, ADCT¹⁰ art. 5º, § 5º e ADCT¹¹ art. 13, § 3º, III
- Governador e Vice-Governador de Estado:
 - a) idade mínima – art. 14, § 3º, VI, b,
 - b) reeleição – art. 14, § 5º. (EC 16/97) – mandato, posse; hipótese de perda de mandato; e Secretários de Estado;
 - c) subsídios – art. 28 (EC 16/97 e EC 19/98)
- Governador e Vice-Governador do Distrito Federal:
 - a) idade mínima – art. 14, § 3º, VI, b;
 - b) reeleição – art. 14, § 5º. (EC 16/97);
 - c) mandato, posse – art. 32, § 2º.
- Governador e Vice-Governador, Senador, Deputados; Tribunal Superior Eleitoral; normas – ADCT¹² art. 13, § 3º.
- Inelegibilidades:
- inalistáveis e analfabetos – art. 14, § 4º;

² § 5º - Para as eleições de 15 de novembro de 1988, ressalvados os que já exercem mandato eletivo, são inelegíveis para qualquer cargo, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consangüinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do Governador de Estado, do Governador do Distrito Federal e do Prefeito que tenham exercido mais da metade do mandato.

¹¹ Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas: III - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

¹² Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

- a) cônjuges e parentes de autoridades – art. 14, § 7º. e ADCT art. 5º. – lei complementar; regulamentação – art. 14, § 9º;
- b) ocupantes de cargos estaduais ou municipais – ADCT art. 13;

Art. 13. É criado o Estado do Tocantins, pelo desmembramento da área descrita neste artigo, dando-se sua instalação no quadragésimo sexto dia após a eleição prevista no § 3º, mas não antes de 1º de janeiro de 1989.

§ 1º - O Estado do Tocantins integra a Região Norte e limita-se com o Estado de Goiás pelas divisas norte dos Municípios de São Miguel do Araguaia, Porangatu, Formoso, Minaçu, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Campos Belos, conservando a leste, norte e oeste as divisas atuais de Goiás com os Estados da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

§ 2º - O Poder Executivo designará uma das cidades do Estado para sua Capital provisória até a aprovação da sede definitiva do governo pela Assembléia Constituinte.

§ 3º - O Governador, o Vice-Governador, os Senadores, os Deputados Federais e os Deputados Estaduais serão eleitos, em um único turno, até setenta e cinco dias após a promulgação da Constituição, mas não antes de 15 de novembro de 1988, a critério do Tribunal Superior Eleitoral, obedecidas, entre outras, as seguintes normas:

I - o prazo de filiação partidária dos candidatos será encerrado setenta e cinco dias antes da data das eleições;

II - as datas das convenções regionais partidárias destinadas a deliberar sobre coligações e escolha de candidatos, de apresentação de requerimento de registro dos candidatos escolhidos e dos demais procedimentos legais serão fixadas, em calendário especial, pela Justiça Eleitoral;

III - são inelegíveis os ocupantes de cargos estaduais ou municipais que não se tenham deles afastado, em caráter definitivo, setenta e cinco dias antes da data das eleições previstas neste parágrafo;

IV - ficam mantidos os atuais diretórios regionais dos partidos políticos do Estado de Goiás, cabendo às comissões executivas nacionais designar comissões provisórias no Estado do Tocantins, nos termos e para os fins previstos na lei.

§ 4º - Os mandatos do Governador, do Vice-Governador, dos Deputados Federais e Estaduais eleitos na forma do parágrafo anterior extinguir-se-ão concomitantemente aos das demais unidades da Federação; o mandato do Senador eleito menos votado extinguir-se-á nessa mesma oportunidade, e os dos outros dois, juntamente com os dos Senadores eleitos em 1986 nos demais Estados.

§ 5º - A Assembléia Estadual Constituinte será instalada no quadragésimo sexto dia da eleição de seus integrantes, mas não antes de 1º de janeiro de 1989, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás, e dará posse, na mesma data, ao Governador e ao Vice-Governador eleitos.

§ 6º - Aplicam-se à criação e instalação do Estado do Tocantins, no que couber, as normas legais disciplinadoras da divisão do Estado de Mato Grosso, observado o disposto no art. 234 da Constituição.

§ 7º - Fica o Estado de Goiás liberado dos débitos e encargos decorrentes de empreendimentos no território do novo Estado, e autorizada a União, a seu critério, a assumir os referidos débitos.

c) recurso a decisões eleitorais – art. 121, § 4º, III

▪ mandato eletivo:

a) desincompatibilização – art. 14, § 6º;

b) impugnação art. 14, § 10

▪ Presidente e Vice-Presidente da República:

a) idade mínima – art. 14, § 3º, VI, a;

b) reeleição – art. 14, § 5º (EC 16/97);

c) desincompatibilização – idem;

d) primeiro e segundo turnos; datas – art. 77, caput (EC 16/97);

e) vinculação; votação suficiente; hipótese/ segundo turno; morte, desistência ou impedimento legal de candidato; qualificação por idade – art. 77, §§ 1º a 5º;

f) posse – art. 78;

g) vacância – art. 79 a art. 81;

h) mandato – art. 82 (EC 16/97)

▪ Prefeito e Vice-Prefeito:

a) idade mínima – art. 14, § 3º, VI, c,;

b) reeleição – art. 14, § 5º. (EC 16/97);

c) mandato – art. 29, I;

d) data – art. 29, II – data da posse – art. 29, III (EC 16/97)

▪ processo eleitoral; alteração – art. 16 (EC 4/93)

▪ Senador:

a) idade mínima – art. 14, § 3º, VI, a,;

b) representação pelo princípio majoritário, mandato; alternância – art. 46,;

- c) inviolabilidade, imunidades – art. 53;
- d) impedimentos – art. 54;
- e) perda de mandato; infrações, incompatibilidade – art. 55,;
- f) investidura em outro cargo ou licença – art. 56;
- g) posse – art. 57
 - Tocantins – ADCT art. 13, caput
 - Vereadores:
 - a) idade mínima – art. 14, § 3º, VI, d,;
 - b) mandato – art. 29, I.

Portanto, traçamos simploriamente algumas linhas, enumeramos algumas leis, citamos literalmente e especificamos todo o conteúdo do direito eleitoral previsto na Carta Maior e no ordenamento jurídico pretérito, descobrindo que a participação do Ministério Público Estadual em todo o processo eleitoral brasileiro, foi construída paulatinamente, evidentemente que, conforme demonstrado, durante bom período de nossa história, a instituição não existia, noutros não era respeitada, ante a vinculação clássica da tríade de Montesquieu, que só o descortinar dos anos e o trabalho técnico e científico permitiu que a instituição, inicialmente o Ministério Público da União, posteriormente com a participação dos Ministérios Públicos dos estados conseguisse ocupar lugar de destaque no campo do direito e neste ramo especificamente.

Por ser uma Justiça com caráter temporário, embora possua quadro pessoal permanente, a composição da Justiça Eleitoral é *sui generis*, ou seja, em Primeiro Grau temos os Juizes Eleitorais e os Promotores Eleitorais, emprestados pela Justiça Comum e Procuradoria Geral de Justiça de cada Estado, cujas nomeações são efetuadas pelo Tribunal Regional Eleitoral e Procuradoria Regional Eleitoral, com critérios próprios de rodízio, inclusive o Promotor de Justiça Eleitoral, por decisão do TSE, deve acompanhar o Juiz, se tiverem a mesma titularidade; em Segundo Grau, temos o Tribunal Regional Eleitoral com a composição determinada pela Constituição Federal, artigo 120, dando-se prioridade aos Tribunais de Justiça

dos Estados, que emplacam 02(dois) membros que são desembargadores, via de regra, ex-presidente e ex-vice-presidente do Tribunal de Justiça, que assumem a presidência, vice-presidência e corregedoria da Corte Eleitoral, o que, em tese, caracteriza um privilégio; 02(dois) Juizes da mais alta entrância, que normalmente mantêm laços de amizade com os desembargadores; 02(dois) membros oriundos da classe dos Advogados, embora possuam mandato temporário, não se exige dos mesmos, muitos dos requisitos exigíveis quando da composição dos outros Tribunais, o mais importante, é ter força política na instituição OAB, para ser indicado em lista sêxtuplo, e para ser nomeado pelo Presidente da República, além de 01(um) juiz federal indicado pelo TRF respectivo, na verdade um contra-senso, que tem provocado desconforto aos juizes federais, e diga-se de passagem com inteira razão, embora seja matéria de ordem constitucional, a forma atual de composição é, no mínimo equivocada, utilizando-se como parâmetro o Ministério Público Eleitoral em segundo grau, que é composto de 01(um) membro, o Procurador Regional Eleitoral, membro do Ministério Público da União, devendo ser modificada a composição atual privilegiando-se os Juizes federais, retirando-se da composição os desembargadores da Justiça Comum e incluindo-se os desembargadores federais, embora sejam órgãos da Poder Judiciário, não justifica somente a Justiça Comum dos Estados terem tamanha força em segundo grau inclusive na Justiça Eleitoral.

Embora o assunto atualmente não esteja em pauta no meio competente para apreciá-lo, que é o Poder Legislativo, entendemos que na composição dos tribunais regionais eleitorais poderia ser adotada uma fórmula equivalente aos critérios de composição do Superior Tribunal de Justiça, ou seja: um terço dentre juizes dos Tribunais Regionais Federais, um terço dentre juizes dos Tribunais de Justiça e um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94 da Constituição Federal.

É evidente que o assunto não está esgotado e que, neste ramo da ciência jurídica o Ministério Público como um todo, apresenta um perfil altamente democrático, pois existe uma verdadeira simbiose entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados, com destacada atuação, quer como parte, quer como "custus legis", já que a implantação do instituto da reeleição, passou a exigir do Órgão

Eleitoral redobrada atenção aos desvios de conduta e o abuso do poder econômico, que caracterizam os crimes definidos na lei eleitoral e os de improbidade administrativa, ante costumes pouco éticos de alguns agentes políticos, que procuram malversar o dinheiro e o patrimônio públicos. Dentre os instrumentos jurídicos que estão sendo bastante eficazes, temos a Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), utilizado eficazmente para cassação de um Governador e de vários Prefeitos.

CAPÍTULO III

O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO

1. COMO FUNÇÃO ESSENCIAL À JUSTIÇA

A Constituição Federal de 1988 dispensou ao Ministério Público especial atenção e tratamento, instituindo princípios, ampliando sobremaneira suas funções e estabeleceu garantias para a instituição e seus membros.

Não se trata de um quarto poder do Estado, como o são o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, uma vez que, não exercita nenhuma função jurídica fundamental, tais como criar, atuar e observar o direito, cooperando para a implementação da função jurisdicional. Entretanto, a Carta Magna colocou o Ministério Público a salvo de ingerências dos outros Poderes, assegurando aos seus membros independência no exercício de suas prerrogativas. Com isto, o Ministério Público foi conceituado pela Constituição Federal como uma instituição permanente, *essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis*, sendo responsável pela defesa intransigente e realização dos interesses da sociedade, e nunca dos governantes, como já aconteceu em um passado recente. Isso quer dizer que o Ministério Público não está inserido na estrutura burocrática de nenhum dos poderes do Estado.

Ao lado do Ministério Público, temos a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública e a advocacia em geral que são, pela Constituição, indispensáveis ao funcionamento da Justiça. O Ministério Público Federal, a Advocacia Geral da União e a Defensoria Pública Federal são instituições vinculadas ao Poder Executivo federal. Nos Estados, existem a Procuradoria Geral de Estado e a Procuradoria Geral da Defensoria Pública Estadual, vinculadas institucionalmente ao Poder Executivo estadual, bem como o Ministério Público Estadual, com representação através da Procuradoria Geral de Justiça, dirigida pelo Procurador

Geral de Justiça, que detém além de outras prerrogativas, o "status de Secretário de Estado", e está tecnicamente ligado ao Poder Executivo, embora, como já dito, não faça parte da estrutura burocrática do mesmo, possui autonomia funcional e independência financeira, ou seja suas garantias e vedações já estão delineadas na Carta Magna e Leis Orgânicas Federal e estaduais, respectivamente, e expressadas no poder de criar, prover e extinguir seus cargos e serviços auxiliares.

O Ministério Público como instituição permanente, com autonomia funcional e administrativa, foi definida pela Constituição como fundamental para o cumprimento das leis, assumindo uma gama de compromissos com a responsabilidades de defender entre outros, a ordem jurídica, o regime democrático, a moralidade pública, os direitos sociais e individuais indisponíveis da população, as minorias, os hipossuficientes de qualquer sorte, e também fiscalizar o cumprimento das leis, agindo como fiscal da lei. Deve proteger o patrimônio público, social, artístico, turístico, paisagístico, o meio ambiente, o consumidor, e os índios. Pode requisitar inquérito policiais e exercer o controle externo da atividade policial, e etc.

Com estas atribuições, o Ministério Público tornou-se fiscal permanente de toda a administração pública, utilizando a ação civil pública, ação de improbidade administrativa e etc., não sendo, portanto, representante dos governantes.

O Ministério Público no Brasil é formado pelo Ministério Público da União e pelos Ministérios Públicos dos Estados, em decorrência da forma federativa do Estado Brasileiro, que importa na formação e autonomia dos Estados-membros, que detêm competência outorgada pela Constituição Federal para organização dos poderes locais e também do Ministério Público, não tendo o condão de intervir no exercício de suas funções. O chefe do Ministério Público da União é o Procurador-Geral da República, nomeado pelo presidente, aprovado, por maioria absoluta do Senado, para mandato de dois anos com direito à reeleição.

A nível federal o Ministério Público da União tem contribuído para elucidação de vários crimes do colarinho branco, de improbidade, cassação e renúncia de Senadores e etc..

A nível estadual observamos o combate insistente ao tráfico de drogas, ao crime organizado, a corrupção eleitoral, ao abuso de poder econômico, especialmente contra o consumidor e as minorias.

2.2 Na reforma do judiciário, já que a proliferação de leis é grande, quer originárias, quer referendadas pelo Poder Legislativo, a atuação do Ministério Público passou a ser questionada por parlamentares que propuseram a "lei da mordaça", proibindo juizes e promotores de justiça de revelar fatos ou informações sob investigação. Os defensores da medida argumentavam que não se podia violar o sigilo legal, a vida privada, a intimidade ou a honra das pessoas. Na votação a Câmara dos Deputados, a proposta foi rejeitada. Entretanto, não se pode olvidar que a instituição com essa gama novas de atribuições, ante a realidade estrutural do país, têm, na defesa intransigente de suas prerrogativas provocado situações de desconforto e de incomodo para muitos agentes políticos, contabilizando assim, verdadeiro exército de "inimigos", que sentem-se incomodados com a efetiva atuação.

2. A NATUREZA INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Muitos estudiosos e doutrinadores já escreveram sobre a natureza institucional do Ministério Público como um todo, entretanto entendo que J.B. de Azevedo Marques, foi um dos autores que souberam expressar a importância do Ministério Público para o sociedade brasileira quando assim se pronunciou sobre a natureza institucional do Ministério Público:

“...O argumento da criminalidade violenta, a violência e a corrupção generalizada em todos os níveis da administração pública e a sua impunidade, as grandes fraudes fiscais e financeiras fez com que a sociedade volte os olhos para a Justiça e o Ministério Público, de modo especial.

Qual o comportamento e os recursos que são dados a essa instituição diante do incremento da criminalidade, da corrupção desenfreada e das famosas mordomias que estão minando o organismo político da nação?

Qual a natureza institucional do Ministério Público e quais as funções que a sociedade brasileira exige do mesmo nos dias difíceis que estamos vivendo?

A sua atual estrutura permite eficaz atuação em defesa dos reais interesses da sociedade e da Justiça?

Para analisarmos e respondermos a essas angustiantes perguntas começamos por fazer um breve retrospecto histórico.

A figura do promotor de Justiça surgiu na França, com os procuradores de rei que figuravam no capítulo V da Constituição Francesa de 1791, referente ao Poder Judiciário. Já no Brasil a instituição nasceu ligada ao Poder Executivo, sendo que o primeiro decreto que regula a sua atuação é o de no. 120 de 21 de janeiro de 1843 que estabelecia a seguinte norma:

“Os promotores serão nomeados pelo Imperador no município da Corte, e pelos presidentes nas províncias, por tempo indefinido; e servirão enquanto convier a sua conservação ao serviço público sendo, caso contrário, indistintamente demitidos pelo Imperador, ou pelos presidentes das províncias nas mesmas províncias”.

O Ministério Público foi desconhecido pela constituição imperial de 1824 e pela primeira constituição republicana de 1891 que se limitou a fazer menção ao processo de escolha do procurador-geral da República que seria indicado dentre os ministros do Supremo Tribunal Federal.

A primeira constituição republicana a fazer referência expressa ao Ministério Público foi de 1934 que o conceituou como órgão de cooperação das atividades governamentais, junto com o Tribunal de Contas. A de 1937 repete a de 34, ao passo que a de 1946 dá um passo à frente ao dedicar um título especial ao Ministério Público (Título II, arts. 125/128), desvinculando a instituição do Poder Executivo e Judiciário, apesar de não defini-lo a exemplo das constituições anteriores.

Bem agiu o constituinte de 1946, seguindo nesse passo a lição do eminente Alfredo Valadão, que doutrinava: “Se Montesquieu”, adverte o mesmo autor, tivesse escrito hoje o “Espírito das Leis”, por certo não seria tríplice, mas quádrupla, a divisão de poderes. Ao órgão que legisla, ao que executa, ao que julga, um outro acrescentaria ele: o que defende a sociedade e a lei – “perante a Justiça, parta a ofensa de onde partir, isto é dos indivíduos ou dos próprios poderes do Estado”. (Alfredo Valadão – O Ministério Público no Tribunal de Contas).

A Carta de 1967 inclui o Ministério Público em seção do capítulo referente ao Poder Judiciário, sendo que a emenda 1 de 69 reincluía no Poder Executivo, situação inalterada pela emenda constitucional de 1977.

Contudo, existe um traço comum em todas as constituições imperiais e republicanas que é a absoluta e total dependência do Procurador Geral da República e dos Procuradores Gerais de Justiça dos Estados e, portanto do parquet ao Poder Executivo que pode a qualquer tempo demitir o chefe da Instituição.

Em face das limitações constitucionais, essa situação não foi atenuada pela atual Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (lei complementar no. 40 de 14 de dezembro de 1981) que atribui ao governador do Estado a nomeação do Procurador Geral de Justiça e que em São Paulo, até bem pouco tempo, nos termos do art. 47 § 1º. da constituição estadual, poderia ser demitido a qualquer momento.

Apesar do Ministério Público, segundo Tomaso Villa,

"representar junto aos Tribunais a potestade executiva, ou seja, a ação da lei, a ação pública tutora dos grandes interesses sociais, em cujo nome reclama a plena e rigorosa execução da lei. Não é ele o representante do governo, mas o representante daquela mesma ação executiva da qual o governo é ministro e que só da lei deduz suas normas", (Siracusa, p. 143),

o seu chefe não tem a mínima estabilidade na maior parte dos Estados da federação e na Procuradoria Geral da República, podendo ser demitido a qualquer tempo, sempre que contrariar os poderosos do momento, como bem anotava um ex-procurador geral da Justiça de São Paulo ao dizer:

"Instável no cargo, procurador geral perde o poder de chefia e de liderança que lhe é próprio, sempre que os interesses da Instituição, os interesses da realização da Justiça, se contrapõem aos dos governos locais, vale dizer, da política dominante". (Azevedo Marques, p. 66).

Os chefes do Ministério Público da União e dos Estados têm menos segurança do que um promotor de início

de carreira, já que estes por força de dispositivos constitucionais possuem estabilidade após certo tempo de exercício, após que o superior hierárquico pode ser dispensado a qualquer tempo. Com essa insegurança fica muito difícil a sua ação nos crimes que estejam envolvidos Presidente da República, os governadores de Estado, seus secretários, presidentes de autarquias e fundações. Com propriedade lembra o ilustre procurador Hélio Bicudo que :

"Este estado de coisas se entremostrava evidente na hipótese de processo crime eventualmente promovido contra o governador do Estado. O processo teria início e prosseguimento com o procurador geral ... da confiança do governo". (conferência na Associação Paulista do Ministério Público).

Essa subserviência das cúpulas da instituição tem sido responsável pela descrença de sua ação diante dos poderosos. É verdade que ao longo do tempo diversos membros do Ministério Público têm sabido resistir aos desígnios dos donos do poder e o mais belo exemplo de resistência foi, sem dúvida, o episódio do Esquadrão da Morte. Aliás essa submissão não é exclusiva do Ministério Público, atingindo também o Poder Judiciário que de igual modo em muitas oportunidades não tem resistido às pressões indevidas do poder político de uma sociedade subdesenvolvida, contribuindo para a descrença na ação da Justiça.

Essa situação de dependência ao Executivo, em São Paulo, foi muito melhorada com a edição da emenda no. 32 de 30 de junho de 1982, à Constituição estadual, outorgando-se ao procurador geral um mandato de dois anos, com a possibilidade de desqualificação funcional, mas persistindo a sua nomeação pelo governo, o que torna inevitável as pressões por ocasião da lista tríplice, fazendo com que o procurador geral continue a ser mais um representante do

governador que chefe de uma instituição. Não podemos deixar de consignar, nesse momento, a promessa pública feita pelo ilustre senador Franco Montoro na Associação Paulista do Ministério Público, por ocasião de recente visita, quando disse que pretendia deixar a direção do Ministério Público entregue à própria instituição e que nomearia o primeiro nome constante da lista tríplice, o que não deixa de ser um aperfeiçoamento do sistema. Mas o ideal que consagraria um Ministério Público verdadeiramente independente seria a escolha do procurador geral pela classe, sem nenhuma interferência do Poder Executivo. Para que haja uma efetiva independência do Ministério Público, é necessário também que o mesmo se transforme num órgão do Estado desvinculado dos três poderes da República, deixando de ser "uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, responsável perante o Judiciário pela defesa da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, pela fiel observância da Constituição e das leis, organizado nos Estados de acordo com as normas gerais dê lei complementar", para se transformar como deseja o Grupo de Estudos da Capital em "órgão da soberania do Estado, defensor da legalidade democrática" com as demais funções que lhe são previstas no art. 1º. da Lei Nacional.

A vantagem de sua conceituação como órgão do Estado é a sua total desvinculação a homens, governos ou grupos, pois, como lembra César Salgado,

"o Ministério Público é órgão de soberania do Estado e não do governo", e Jellinek acrescenta que "atrás do representante há outra pessoa, atrás do órgão não se vê ninguém".

Mas aí nos deparamos com a crise que vive a sociedade brasileira, agravada pelo regime autoritário instituído após 64, transformado em ditadura em 68 e que, a partir de 1980 com a anistia e a suspensão do AI-5, inicia o seu retorno à

democracia por força da pressões da sociedade civil, apesar dos intermitentes espasmos do sistema, cujo exemplo mais dramático foi a bomba do Riocentro.

O Ministério Público é filho dileto do estado de direito e só tem condições de prosperar e progredir num regime democrático pleno que ainda não alcançamos. Fora dele acaba muitas vezes por servir aos desígnios dos poderosos em nome de uma legalidade espúria e ilegítima, porque não provinda do povo, em cujo nome todo o poder deve ser exercido. E a primeira grande contradição é que o Ministério Público e o Poder Judiciário são guardiães e avalizadores de uma ordem constitucional ilegítima porque não votada livremente pelo Parlamento e sim outorgada por uma Junta Militar.

Diante deste quadro o Ministério Público tornou-se um apêndice do Poder Executivo e muitas vezes foi o avalizador legal da repressão. Como bem notou o ilustre promotor de Justiça Dr. José Celso de Melo Filho:

“o Ministério Público tem que demitir de si a subalterna função institucional que eticamente jamais poderia ser sua, de viabilizar a repressão em nome da intolerância político-ideológica do aparelho do Estado. Não deve permitir que continue a ser manipulado pelas classes dominantes, que dele se valem como simples meio para consolidar o poder oligárquico que exercem sobre muitos”.

É por isso que o Ministério Público precisa ser “órgão do Estado defensor da legalidade democrática”, a exemplo da definição do atual Ministério Público português, para que não seja transformado em instrumento e motor de leis ilegítimas, como a Lei de Segurança Nacional ou de orientações jurisprudenciais incompatíveis com a legalidade democrática, como aquela que defere à Justiça Militar estadual o processo e julgamento dos policiais-militares nos crimes comuns.

Dentro deste prisma de legalidade e legitimidade queremos examinar o problema da escolha do primeiro procurador geral com mandato certo em São Paulo em decorrência da Emenda no. 32. entendemos que o processo de escolha em lista tríplice deveria ser realizado na segunda quinzena de março, uma vez que empossado um governo legitimamente eleito pelo voto direto para se evitar qualquer tipo de ilegitimidade nesse processo renovador de escolha da chefia da Instituição. Como bem anotou José Celso de Melo Filho.

“a crise de legitimidade no Ministério Público é uma consequência do poder não consentido que governa o Estado e domina a Nação. Esse poder ilegítimo, porque não emanado da vontade soberana do povo, tem sido responsável pela designação, ao longo desses anos todos, dos Procuradores Gerais, chefes do Ministério Público federal e local”.

A luta do Ministério Público não é exclusiva dessa instituição em torno de vantagens ou privilégios, muito pelo contrário, ela é de toda sociedade civil que nesses dias conturbados de desmandos administrativos generalizados precisa de um organismo forte e independente em condições de se opor à criminalidade de baixo e alto bordo e de defender os seus reais e verdadeiros interesses.

De igual modo, para que o ministério Público e o Poder Judiciário não continuem numa situação de servilismo e dependência e não haja indevidas interferências políticas nas decisões de grande relevância é indispensável uma reforma constitucional que altere o atual sistema de nomeações e promoções por merecimento; eis que esses atos são praticados pelo governador, muita vezes atendendo a pedidos políticos, principalmente nos governos ditatoriais e corruptos, tornando difícil a missão de juizes e promotores por ocasião dos julgamentos em que existem grandes interesses econômicos

ou governamentais e oficializando o tráfico de influência na área sagrada da administração da Justiça.

Mas não basta essa alteração, como também é necessário que o Poder Judiciário e o Ministério Público recebam dotações orçamentárias globais, com um percentual mínimo inscrito na constituição, para que o aprimoramento dos serviços da Justiça não fiquem na dependência da boa vontade do Poder Executivo.

Por outro lado é indispensável uma maior atuação do Ministério Público em novos campos de atividades, decorrência de vivermos em numa sociedade de grande complexidade social. Assim é que a defesa da ecologia, do consumidor, do patrimônio cultural, a fiscalização das grandes concorrências públicas, a regulamentação da ação civil pública na defesa de interesses indisponíveis são passos indispensáveis para um aprimoramento da Justiça num regime democrático.

Um outro aspecto que não pode ser esquecido é o de uma maior fiscalização do Ministério Público sobre a polícia, em particular a judiciária que produz a prova para o titular da ação penal. Se a violência da criminalidade precisa ser eficazmente reprimida, devemos começar com o bom exemplo da administração pública, através da polícia que só deverá atuar do princípio da legalidade. Para isso é necessário que o aparelho policial fique sob permanente vigilância do Ministério Público e do Poder Judiciário, exercendo-se uma efetiva correição das atividades policiais e educando-se o policial para o absoluto respeito à normas legal, em qualquer circunstancia. Por isso que defendemos o princípio da advocatória, parcialmente aceito pela Lei Orgânica Nacional, pois através dele haveria um melhor controle do aparelho repressivo do estado. Como bem diz o procurador da Justiça Hélio Bicudo:

"Titular da ação penal é o promotor público que irá fornecer as provas ao juiz. Mas isto somente poderá ser alcançado

entregando-se ao Ministério Público a real responsabilidade pela atividade probatória perante os pretórios, circunstância que implica uma tomada de posição mais definida relativa à colheita da prova nos inquéritos policiais”.

É preciso também uma maior presença do Ministério Público no sistema penitenciário velando pela execução da pena, assistindo o condenado em seu processo de ressocialização e fiscalizando os órgãos incumbidos de promovê-la. Nos grandes centros urbanos e, em particular, na cidade de São Paulo, é preciso criar a figura do Procurador do Povo que, na verdade, seria o Promotor de Justiça da comarca da capital, a quem qualquer cidadão recorreria sempre que sofresse uma lesão de direito suscetível da intervenção do Ministério Público. O que se vê hoje nessa cidade gigantesca é o desespero do cidadão comum que não sabe a quem recorrer no caso de uma violência policial, de uma lesão qualquer de direito, devido à dispersão dos organismos da Justiça. Precisaria haver um órgão centralizador de todas essas reclamações, que funcionasse 24 horas por dia, durante todos os dias da semana, de modo que em qualquer momento e circunstância o cidadão comum pudesse ser prontamente atendido.

Um outro grande avanço dado em São Paulo, em decorrência da recente emenda constitucional estadual, foi a criação de um Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, velha aspiração de toda a classe e da sociedade, para que grandes crimes contra a administração pública não permaneçam impunes, sendo restaurado o princípio da absoluta austeridade na administração, pela presença do Promotor de Justiça na Corte de Contas, levando-se finalmente os ladrões do Erário para a cadeia e acabando-se com a tradicional impunidade dos gatunos da coisa pública.

As promotorias de Justiça existem para prestarem serviços à comunidade na defesa de seus legítimos interesses. Na medida em que o Ministério Público e o Poder Judiciário, por falta de uma estrutura adequada permanecerem longe do povo, em que a justiça for cara, lenta e muitas vezes omissa, aumentará o sentimento de descrença e insegurança da população na administração da justiça, já demonstrado pelos linchamentos e pela afirmação de que a Justiça, em especial a Penal, fez uma opção preferencial pelos pobres, contrária àquela ensinada pelos evangelhos e doutores da Igreja.

O longo e tenebroso inverno que se abateu sobre a Nação, começa a dar lugar a uma primavera de esperança, consubstanciada numa abertura política que atinge a todas as instituições. Começam a terminar os pesadelos da longa noite de corrupção e violência e as luzes de novo tempo de liberdade, democracia e justiça são cada vez mais fortes, porque representam o desejo de toda a sociedade brasileira e por isso, são irreversíveis.

O novo tempo que se aproxima de liberdade e democracia plena exige uma reconceituação das funções do Ministério Público, bem como o seu fortalecimento, colocando-o na posição de órgão da soberania do Estado, não vinculado a nenhum dos três Poderes do Estado, muito menos ao Poder Executivo, pois a todos deve fiscalizar e a todos pode processar. O promotor de Justiça moderno deve ser o sucessor do tribuno do povo, livre, prudente e independente, corajoso e audaz. Para isso o Procurador Geral de Justiça deverá ser livremente eleito pela classe, sem injustiça políticas indevidas e devendo contas exclusivamente à sua consciência e ao povo que através de representação ao Colégio de Procuradores da Justiça poderá desqualifica-lo para o exercício do cargo para prática de abuso de poder. Aí o Ministério Público estará servindo à sociedade, aos seus interesses indisponíveis, ao

povo sofrido e esquecido, somente lembrado nas vésperas das eleições e jamais voltaremos a ser procuradores do rei a serviço dos poderosos ou tecnoburocratas do direito, frios e insensíveis, sempre prontos a cumprir as ordens dos donos do poder.

Mas apesar de todo o arbítrio, como bem anotou o ilustre procurador da Justiça Joachim Wolfgang Stein:

“desponta na classe um sério e forte questionamento de sua ferramenta de trabalho, a lei, bem como do seu posicionamento não como simples ‘longa manus’ do Príncipe e do que representa, mas sim como órgão da sociedade a serviço do povo, atuando com independência na aplicação da legalidade legítima, na vivificação da regra de Direito posta” (conferencia proferida em 1982 na OAB, seção de Araraquara).

Finalizando queremos dizer que jamais existirá sociedade realmente democrática se o Poder não provier do povo e se não tiver um Ministério Público forte e independente, incumbido de zelar pela efetiva aplicação da lei e de uma constituição legítima, porque votada por um Parlamento livremente eleito. Sem isso a soberania do Judiciário será uma quimera, para não dizer uma falácia”,

evidentemente, embora merecendo amplo crédito, pela forma didática que discorreu e que entendemos oportuno acostar ao presente estudo, ante o conjunto de informações que proporciona, reflete de forma cristalina a realidade institucional, traçando a sua evolução histórica, e uma gama de questionamentos sobre a existência e atribuições do Órgão Ministerial quer período mais antigo, quer no período mais recente que antecedeu a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Entretanto, o assunto não está e nem poderia estar encerrado, enclausurado, muito pelo contrário, com o advento da nova Constituição e da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, muito estudo foi necessário para se extrair a verdadeira natureza da Instituição.

Quanto a isso, a primeira coisa a ressaltar, conforme já anteriormente explicado, que o Ministério Público não constitui um poder do Estado, como o são o Judiciário, o Executivo e o Legislativo. E o Ministério público não é um poder do Estado justamente porque poder são apenas as organizações constitucionais que exercitam as funções jurídicas fundamentais, que são as funções de criar, atuar e observar o direito, e o Ministério Público não exercita nenhuma dessas funções, senão a função de colaboração com a função jurisdicional (art. 27 da CF)

A instituição goza de autonomia administrativa, financeira e funcional. Isso quer dizer que o Ministério Público não está inserido na estrutura burocrática de nenhum dos poderes constituídos do Estado, sendo uma instituição autônoma estatal.

Por essas razões, o Ministério Público é um órgão estatal, de natureza constitucional, mas para a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Essa caracterização do Ministério Público como órgão estatal, mas funcionalmente destinado à defesa da sociedade, não deve causar por estranheza, ante as constantes mudanças do próprio Estado.

A independência administrativa do Ministério Público frente aos poderes do Estado manifesta-se no poder de criar, prover e extinguir seus cargos e serviços auxiliares. A nomeação dos Procuradores-Gerais pelo Poder Executivo é uma restrição à independência administrativa.

A independência financeira constitui-se na prerrogativa de elaborar sua proposta orçamentária nos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

A independência funcional quer dizer que os membros do Ministério Público, no desempenho das funções que lhe são próprias, só estão submetidos à lei.

Os membros do Ministério Público gozam das mesmas garantias asseguradas à magistratura, que são mecanismos destinados a tornar concreta e operante a independência funcional. Com efeito, de nada valeria proclamar independência funcional dos agentes do Ministério Público em criar, ao mesmo tempo, as estruturas capazes de torna-la efetiva.

São, pois, garantias fundamentais dos membros do Ministério Público a vitaliciedade, a inamovibilidade e a irredutibilidade de vencimentos, definidas nos termos da Constituição Federal.

Além destas, devem ser incluídas entre as garantias funcionais dos membros do Ministério Público as seguintes proibições: receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais; exercer a advocacia; participar de sociedade comercial; exercer qualquer outra função pública, que não seja o magistério e exercer atividade político partidária, a não ser que se afaste com mínimo de um ano antes das eleições, pois visam resguardar sua independência funcional.

3. PRINCÍPIOS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A atuação do Ministério Público no processo está condicionada a dois princípios: princípio da legalidade e princípio da imparcialidade.

3.1 Princípio da legalidade

O princípio da legalidade significa que o Ministério Público em sua atuação só deve obediência ao ordenamento jurídico estatal, sobretudo à Constituição Federal. Só exerce o seu mister amparado no ordenamento previsto. O princípio da legalidade, conforme o qual tudo que não está permitido está proibido. O princípio da legalidade, traduz-se na obrigação do Órgão parquetário de motivar seus atos e fundamentando-os, objetivamente, dentro do ordenamento jurídico em vigor.

3.2 Princípio da imparcialidade

A imparcialidade do Ministério Público haverá de ser compreendida sob dois aspectos:

- a) - imparcialidade subjetiva, significando eqüidistância do agente que desempenha funções públicas, em geral em relação à outras partes processuais; e
- b) - imparcialidade objetiva, entendida como indiferença a respeito dos interesses que constituem o objeto do processo.

Quando a lei preceitua que o Ministério Público deve atuar de forma imparcial, quer significar que a pessoa física que, em concreto, intervém no processo deve conduzir-se como um terceiro em relação às outras partes. Portanto, o Ministério Público é imparcial apenas do ponto de vista subjetivo, uma vez que, constitucionalmente a instituição tem que promover a defesa intransigente da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis.

4. PRINCIPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO.

Nas lições de Celso Antônio Bandeira de Melo, *“Os princípios são mandamentos nucleares de um sistema, seu verdadeiro alicerce, disposição fundamental que irradia sobre diferentes normas, compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão”*.

O art. 127, caput, da Constituição Federal de 1988, reconhece o Ministério Público como instituição permanente, atribuindo-lhe uma funcional jurisdição específica no Estado.

“O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”.

E no parágrafo primeiro do artigo suso mencionado apresenta princípios informadores que embasam essa instituição, garantindo-lhe validade, tornando-a eficaz.

“São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional”.

Da análise conceitual do Ministério público como instituição expressa no artigo 127, informada por princípios institucionais previstos no parágrafo primeiro desse artigo, evidencia-se que foi atribuída parcela da autoridade soberana do Estado, garantindo-lhe autonomia e independência.

A atual Constituição concedeu ao Ministério Público, um elevado status Constitucional, consolidando sua vocação institucional traçada por sua trajetória histórica, reconhecendo-o na ordem constitucional como um órgão estatal que deva atuar com liberdade, autonomia e independência funcional, postulador da defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis, da ordem jurídica e do regime democrático.

Da análise desses dispositivos constitucionais acima descritos, aduz-se que o legislador constituinte ao conferir ao Ministério Público a defesa dos direitos

fundamentais e a fiscalização dos Poderes Públicos, alterou substancialmente a estrutura dessa instituição, colocando-a na estrutura administrativa do Estado Brasileiro como órgão independente que exerce uma função estatal específica outorgada diretamente pela Constituição para serem desempenhadas pessoalmente por seus membros "os Promotores Públicos", agentes políticos submetidos a normas especiais e regimentais da instituição.

E surge que a nova posição institucional do Ministério Público, implica também numa alteração na aplicabilidade da clássica teoria de Montesquieu, que na ordem jurídica brasileira o Estado enquanto pessoa jurídica, titular do poder político exercia suas atividades através dos órgãos do Executivo, Legislativo e Judiciário, consagrada tradicionalmente na aplicação da tripartição das funções estatais com esses três órgãos, colocando na nova ordem constitucional brasileira um quarto órgão, "Ministério Público", com função estatal específica e atribuições constitucionais.

Destarte, merece ressalva que o mérito essencial da teoria de Montesquieu não se assenta na identificação abstrata dessa forma de atos do Estado. Ele, com base nos fundamentos formulados por Aristóteles, que teria sido o primeiro a isolar, no complexo estatal três tipos de atos do Estado no exercício de suas funções; conseguiu de forma clara avançar em relação a compreensão aristotélica para afirmar que tais funções devem corresponder a órgãos distintos e autônomos, confirmando que a divisão funcional deve corresponder a divisão orgânica.

Observa-se que a teoria de Montesquieu continua desempenhando um papel fundamental como princípios informadores dos freios e contrapesos, criação norte-americana, que mantêm a harmonia e o equilíbrio dos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional político do Estado.

Da análise do novo papel do Ministério Público, denota-se que o Ministério Público tem a sua razão de existir enquanto órgão com ampla autonomia funcional e administrativa, oriunda da necessidade de ativar o Poder Judiciário, no que diz respeito a sua inércia quando os interesses difusos são infringidos. É nessa situação que a ordem jurídica confere ao indivíduo, direitos sobre os quais não podem dispor. Surge em decorrência dessa necessidade a existência de um órgão público que zele pelos interesses da coletividade e dos indivíduos, quando esses

são indisponíveis. E é a garantia do patrocínio desinteressado de interesses públicos feito por uma instituição permanente com função essencial a realização e a efetivação da Justiça.

Assim é que o legislador constituinte contribuiu de forma programática e objetiva com a instituição do Ministério Público para que pudesse exercer sua função estatal essencial a justiça, com autonomia e independência, sem a rigidez da teoria clássica, inserindo-o em sessão própria do Capítulo IV – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS A JUSTIÇA, do Título IV – Da Organização dos Poderes, da Constituição Federal de 1988, atribuindo-lhe competência própria, distintas dos órgãos executivo, legislativo e judiciário.

O Estado, como pessoa jurídica é detentor de um poder político que se caracteriza pela unidade e indivisibilidade, que se expressa através dos diversos órgãos que cumprem as atividades estatais, órgãos que são despersonalizados e não tem vontade própria, que são atributos da pessoa jurídica, nos limites de sua competência específica funcional, expressando a vontade do estado. Para eficaz realização de suas funções específicas, o órgão é investido de determinadas competência e funções.

O Órgão do Ministério Público, como parte integrante da organização administrativa do Estado Brasileiro, exercendo função essencial a justiça, configura-se na sua atuação com princípios institucionais previstos na Constituição Federal, como a unidade, indivisibilidade e independência funcional e o princípio do Promotor natural, que foi reconhecido pelo Supremo Tribunal por maioria de votos.

Os princípios que informam a instituição do Ministério Público revelam no sentido etimológico de cada um dos vocábulos que passaremos a analisar:

4.1 - O Princípio da Unidade é a união de todos os membros da instituição num único órgão, "O Ministério Público" sob a direção do Procurador-geral.

A unidade do Ministério Público significa que as funções atribuídas pela Constituição Federal à instituição são desempenhadas por um único corpo de agentes, constituindo, pois uma unidade, ou seja, os membros da carreira do Ministério Público integram um só órgão sob direção do Procurador Geral de Justiça.

Este princípio adquire seu verdadeiro sentido quando analisarmos a história e verificamos que as funções do Ministério Público podiam, em regime de exceção, *mediante intervenção, ser atribuídas a pessoas não integrantes da instituição, o que caracterizava violação a sua independência.*

4.2 - O Princípio da Indivisibilidade dá-se na atuação dos membros do Ministério Público, quando os mesmo não se vinculam pessoalmente ao processo.

Segundo o princípio da indivisibilidade, as pessoas que integram a instituição, enquanto seus membros ou agentes, não se vinculam aos processos nos quais atuam, podendo ser substituídos uns pelos outros na forma da legislação própria. Ao atuarem, o fazem como órgão da instituição, logo, como instrumento de expressão da vontade de organização. Por isso, os membros da instituição podem substituir-se uns aos outros, sem nenhum prejuízo para validade dos atos processuais.

A indivisibilidade é uma característica de todas as organizações formais. Seus membros, nessa qualidade, são indissociáveis da organização. É o que ocorre com o Ministério Público relativamente a sua indivisibilidade, a significar que seus membros, enquanto tais, exprimem a vontade da instituição, e não sua vontade individual.

O princípio da indivisibilidade é importante porque permite a substituição dos agentes do Ministério Público, uns pelos outros, sem afetar a validade dos atos praticados.

4.3 - O Princípio do Promotor Natural por decisão do plenário do STF, para garantir a livre defesa dos interesses da sociedade, livrando-o da ingerência de terceiros comprometidos, pois somente o promotor natural deve atuar no processo, *intervindo com zelo pelo interesse público, garantindo-se a imparcialidade do mesmo.*, caracterizando a sua independência no exercício de suas atribuições, *embora exista uma tentativa velada contra o mesmo, que é a lei da mordaga.*

4.4 – Independência funcional e financeira. O Ministério Público, enquanto instituição, tem sua independência assegurada pela autonomia administrativa e

financeira. Embora o órgão arrecadador ainda seja o executivo, o Ministério Público possui dotação orçamentária própria, percentual de 2% e fiscalização direta pela Corte de Contas Estadual..

Em suma, os princípios da independência funcional e da inamovibilidade impedem que os membros do Ministério Público sejam, autoritariamente, privado do exercício de suas funções, proibindo-se transferências e remoções arbitrárias, bem como o cumprimento de determinações que violem a independência funcional e a subtração de sua vontade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a dissertação, na qual demonstramos o perfil democrático dos Ministérios Públicos Estaduais, deixamos bastante evidenciado que o Ministério Público é uma instituição, nos moldes da Constituição Federal, essencial a função jurisdicional do Estado, com uma gama de funções de resguardo ao status constitucional dos indivíduos(Jellinek), em suas diversas posições, quer status negativo (garantia total da escolha, quer pela ação ou omissão do indivíduo), quer pelo status passivo (esfera das obrigações, sujeição ao Estado), quer pelo status positivo (exigir ou reclamar de algo que o estado tem obrigação de realizar), ou ainda, pelo status ativo (que permite ao cidadão o direito de receber competência para participar do Estado), que podem ser reunidos no conjunto de normas jurídicas que colocam o indivíduo em diferentes vetores em relação ao Estado, cuja proteção é função ministerial.

A instituição ministerial não é criação ou construção doutrinária brasileira, muito pelo contrário, os historiadores vêem a presença do Ministério Público, desde a antigüidade, tanto é que alguns autores localizam sua origem no antigo Egito, quando existia o funcionário real encarregado de castigar os rebeldes, reprimir os violentos e proteger os cidadãos pacíficos.

Outros acreditam que a origem esta nos Éforos de Esparta, juizes que tinham a função de contrabalançar o poder do Senado e o poder real, exercendo o *ius accusationes*, ou *thesmotetis* gregos (forma primitiva de acusador público).

Outros acreditavam que surgiu em Roma com os *advocatus fisci* ou *procuratores caesaris*, que tinham por função velar pela administração dos bens do Imperador.

Uma outra parte acreditava ter sido na Idade Média o berço do Ministério Público, nos *saions* germânicos, nos *baillios* e *senecais*, responsáveis pela defesa do

senhor feudal em juízo, ou ainda nos missi dominici ou gastaldi do direito lombardo ou no gemeiner Anklager da Alemanha (acusador comum que exercia suas funções ante a inércia do particular).

De outra banda, alguns acreditavam que o procurador da Coroa, instituído em Portugal, no reinado de Afonso III, em 1289, ou a criação do "El Ministério Fiscal", por D. Juan I, em 1387, que guardava determinada semelhança com o Ministério Público Atual, seria a gênese do Ministério Público.

Entretanto, a imensa maioria dos estudiosos admitem que o Ministério Público nasceu na França, tendo origem remota no Ce corps de magistrats, sec. XIV e os procureur ou procureurs do rei (quando o processo acusatório foi substituído pelo inquisitório).

Em 1302, a França criou o Ministério Público, referindo-se aos procuradores do rei, e, em 1690, houve um decreto que vitaliciou os membros do ministério Público.

Quanto a origem brasileira, ao longo do texto foi sucintamente exposta a evolução da instituição, culminando com o advento da Constituição Federal, da Lei n. 8.625, de 12.02.1993 e Lei Complementar n.º 75, de 20.05.1993, alçando a instituição a condição de permanente e essencial a função jurisdicional do Estado, e etc., representando uma tendência mundial, como já aconteceu no Ministério Público Português, magistrados com idênticas garantias ao Judiciário, conforme assevera Canotilho, no Ministério Fiscal de Espanha, no Ministério Público Francês e Italiano e etc..

O posicionamento constitucional do Ministério Público sempre provocou controvérsias e perplexidade na doutrina, ante a constante evolução e alterações dos textos constitucionais, não seria diferente com o texto constitucional de 1988.

Com o novo posicionamento constitucional novos conceitos, novos princípios, novas funções, novas garantias e vedações foram-lhe atribuídas, propiciando uma real independência e um novo perfil democrático, cujo objetivo é evitar o arbítrio e o desrespeito aos direitos fundamentais do homem, e, ao atribuir ao Ministério Público a função de defensor dos direitos fundamentais e fiscal dos Poderes Públicos, alterou a clássica teoria da Tripartição dos Poderes, iniciada por Aristóteles, na obra

"Política", detalhada posteriormente por Locke, no "Segundo tratado do governo civil" e consagrada na obra de Montesquieu, "O espírito das leis".

tanto é que no Direito Constitucional Contemporâneo, tornou-se inadequado utilizar a interpretação da norma constitucional com rigidez, com apego exagerado a forma, passando-se a separar as funções estatais, dentro de um mecanismo de controle recíprocos, denominado de "freios e contrapesos" (cheks and balances).

Neste mesmo posicionamento o Ministro Sepúlveda Pertence, ao analisar o papel do Ministério Público¹³:

"Seu papel fundamental é, e continuará sendo, uma decorrência característica fundamental de ser o Poder Judiciário um Poder inerte, vale dizer, um Poder sem iniciativa. E de existirem interesses em relação aos quais, interesses cujo âmbito se tende a ampliar, em relação aos quais o exercício da ação, o exercício do direito de ação não se pode deixar à disposição das partes. Ai está o papel fundamental do Ministério Público. É mantida a inércia do Poder Judiciário, considerada requisito indispensável à sua imparcialidade, criar-se, exigir-se um órgão público capaz de exercer a ação quer na área penal, quer em âmbito que se amplia na área civil, ou intervir no processo entre partes na defesa daqueles interesses – repita-se – que não se deixaram à disposição dos interessados. É esse patrocínio desinteressado de interesses públicos, ou essa proteção desinteressada, mesmo de interesses privados, mas as quais se quis dar proteção especial, que justificam o papel do Ministério Público", concluindo mais adiante, "é, porém, na definição das funções institucionais que a Constituinte se abre a um enorme desenvolvimento do papel ministerial. Eu dizia ontem, no Supremo Tribunal, que nunca se confiou tanto, e ao mesmo tempo se exigiu tanto do Judiciário, quanto na futura Constituição do Brasil. E isso levou a um imenso fortalecimento da instituição do Ministério Público. Na medida em que a

Constituição, a meu ver acertadamente, de um lado deu ênfase em particular a temática dos Direitos Coletivos e dos Direitos Sociais e de outro adotou a fórmula que, para proteção jurisdicional de toda essa gama de interesses coletivos e direitos coletivos que começam a ganhar cidadania, a fórmula que me merece a mais a mais adequada da dupla titularidade, já abriga de um lado a sociedade civil e de outro a de um órgão público o Ministério Público. É essencialmente o órgão mais adequado ao assumir essas funções”.

Após vislumbrarmos todo o perfil, para concluir, chamamos especial atenção para o ponto das eleições dos Procuradores-gerais de Justiça dos Estados, a regra geral é que, dentre as várias garantias consagradas pela Constituição ao Ministério Público, está aquela que consagra o princípio do autogoverno, e para tanto, como é comum, após prévia eleição, na qual os candidatos solicitam inscrição ao Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, órgão encarregado de disciplinar tal consulta, com a participação de todos os integrantes da carreira, mediante voto plurinominal, será confeccionada lista tríplice e enviada ao Chefe do Poder Executivo, que no prazo de quinze dias nomeará o Procurador Geral, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador Geral de Justiça nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato.

Em não ocorrendo a realização da consulta, pela via eleitoral, será empossado, até a solução do litígio, prazo exíguo, o Procurador de Justiça mais antigo na carreira.

Ocorre que, em alguns Estados da Federação, até bem pouco tempo, ainda se verificava que o Chefe do Poder Executivo, solicitava prévia aprovação da Assembléia Legislativa, fato que o Supremo considerou como inconstitucional, porque não se coadunava com a nova ordem constitucional, bem como não se

¹³ MORAES, Alexandre de. – 5.^a ed. revista e ampliada. -São Paulo: Atlas, 1999. Pag. 345.

obedecia ao princípio ético de ser nomeado o mais votado, gerando insatisfação no seio da classe, demonstrando a nostalgia de alguns governantes, que ainda teimam em não enxergar a nova realidade da instituição.

Ultimamente, entretanto, um assunto polêmico começa a ser tratado Interna Corporis", inclusive, em alguns casos, com a chancela judicial, com a concessão de liminares, trata-se da possibilidade de escolha dos Procuradores-Gerais de Justiça dentre todos os integrantes da carreira, ou seja, a possibilidade de um promotor de justiça vir a ocupar tal cargo.

Em vários Estados da Federação, Promotores de Justiça já foram alçados a tal condição, noutros não. Uns, mediante deliberação do Colégio de Procuradores de Justiça, noutros, mediante a concessão de liminares.

Na verdade, até o presente momento, inexistiu decisão judicial com trânsito em Julgado acerca do tema, entretanto, é possível o Promotor de Justiça ser alçado a tal cargo, ante a inexistência de vedação ao tema, ao contrário, à Constituição Federal, no artigo 128, parágrafo 3.º, prevê que a lista tríplice será formada dentre os integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, consubstanciada pelo princípio Constitucional do autogoverno, devendo o Procurador de Geral de Justiça, juntamente com o órgão colegiado competente para tanto, elaborar e enviar para a Assembléia Legislativa, projeto de lei, alterando a Lei Orgânica Estadual.

Não menos polêmico, outro assunto começa a ser discutido, trata-se do preenchimento dos quintos constitucionais dos Tribunais Estaduais, nos termos do artigo 94, da Constituição Federal, pelo critério de promoção do procurador de justiça, em desarmonia com o preceituado no referido artigo que exige, mais de dez anos na carreira, e a indicação em lista sêxtupla, constituindo um privilégio que precisa ser abominado, para garantir a total independência do Órgão Ministerial, desta feita, do Poder Judiciário, uma vez que, evita-se o comodismo e possibilita uma atuação mais contundente dos membros de Segunda Instância, já que, impossibilitados de serem alçados ao cargo de desembargador, serão mais atuantes, especialmente no enfrentamento de decisões polêmicas e em desarmonia com o entendimento ministerial.

Evidentemente que a lei não veda a participação dos Procuradores Justiça, mas, não deixa de constituir um privilégio, onde alguns, geralmente os “amigos do poder”, facilmente poderão ser alçados a duas promoções, enquanto muitos, não conseguem sequer chegar ao cargo de procurador, daí a imprescindibilidade do preenchimento ser efetuado através dos promotores de justiça da mais alta entrância e não pelos procuradores, como acontece.

Por fim é importante considerar que as funções do Ministério Público moderno não mais se resumem ou se limitam à tradicional atuação processual.

Entre a previsão constitucional e o trabalho hoje realizado pela instituição, necessário ainda corrigir urgentemente os defeitos, bem como ocupar adequadamente os espaços existentes no seio da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARINOS, Afonso. **Curso de Direito Constitucional Brasileiro. V.II.** Rio de Janeiro: Forense, 1960.

BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentário à Constituição do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 1989.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade para uma teoria geral da política.** Trad. Marcos Aurélio Nogueira – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____, **Dicionário de Política** / Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; Trad. Carmen C. Varriale, 5ª. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado.** 3ª. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BRASIL, **Constituição (1988).** Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1999. xiv, 360 p..

BECERRA, Nicolas. **El Ministerio Público y los Nuevos Desafíos de la Justicia Democrática**. Buenos Aires, República Argentina, AD-HOC S. R. L., 1998.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 5ª ed. ver. E aual. São Paulo: Edipro, 1995.

CANOTILHO, J. J. Gomes & MOREIRA, Vital. **Fundamentos da Constituição**. Coimbra: Coimbra, 1991.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. **Direito Constitucional Didático**. 6ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

CAVALCANTI, Ivo Dantas. **Direito Constitucional e Instituições Políticas**. São Paulo: Editora Javoli, 1986.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

DALMAU, Rubén Martinez. **Aspectos Constitucionales Del Ministerio Fiscal**. Valecia: Tirant lo Blanch, 1999.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 13ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 1987.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1990.

FRANÇA. R. Limongi. **Enciclopédia Saraiva do Direito**. São Paulo: Editora Saraiva, 1979.

FRIEDRICH, Engels. **A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 4.^a ed. São Paulo: Alfa Ômega Ltda., v.3.

GOMES CANOTILHO, José Joaquim. **Direito Constitucional**. 6. ed. Coimbra, Almedina, 1996.

GUERRA FILHO, Willis Santiago. **ENSAIOS DE TEORIA CONSTITUCIONAL**. Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC 1989.

HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Trad. Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris Editor, 1991.

JELLINEK, Georg. **Teoría General Del Estado**. Trad. Fernando de los Rios. Buenos Áries: Albatrós, 1954 – Trad. Allegemeine Staatslehre.

MACHADO, Antonio Alberto & Marcelo Pedrosa Goulart. **Ministério Público e Direito Alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1992.

MARQUES, J. B. De Azevedo. **Direito e Democracia – O papel do Ministério Público**. São Paulo: Cortez Editora / Autores Associados, 1990.

MARTINS, Ives Gandra & BASTOS, Celso Ribeiro. **Comentários à Constituição do Brasil**. 5^a. Ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **O acesso à justiça e o Ministério Público**. 3.^a. Ed. rev. , ampl. E atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

MIRANDA, Jorge. **Conferencia sobre a Constituição Portuguesa e a Adesão à CEE**. Lisboa: 1993.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 10.^a Ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PÚBLICO, Sindicato dos Magistrados do Ministério. **O Ministério Público Numa Sociedade Democrática**. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

ROCHA, José de Albuquerque. **ESTUDOS SOBRE O PODER JUDICIÁRIO**. São Paulo, Malheiros Editores. 1995.

_____, **Teoria Geral do Processo**. 3.^a. Ed. São Paulo, Malheiros Editores. 1996.

ROMANO, Santi. **Princípios de Direito Constitucional Geral**. São Paulo: ed. RT., 1977.

SAMPAIO, Luiz Augusto Paranhos. **Comentário à Nova Constituição Brasileira**. São Paulo: Atlas, 1989.

SILVA, Benedicto. **Dicionário de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da Função Getúlio Vargas, 1986.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. 11^a Ed. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

SILVA, José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 11. ed. Ver. São Paulo, Malheiros, 1996.

SOUTO, Cláudio. **Ciência e Ética no Direito**. 6.^a Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **As garantias do Cidadão na justiça**. São Paulo: Editora Saraiva, 1993.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 11. ed. São Paulo, Malheiros, 1995.

VILLASANTE, T. R. **Las Democracias participativas. De la participación ciudadana a las alternativas de la sociedad**. 1^a ed. Madrid. Ediciones Hoac, 1995.

A N E X O S

O MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988.

CAPÍTULO IV

Das Funções Essenciais a Justiça

Seção I Do Ministério Público

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169¹, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus

¹ Art. 169 A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

~~(*)~~ Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

~~(*)~~ Transformado em § 1º pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 2º Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 3º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste

cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

§ 3º. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I – o Ministério Público da União, que corresponde:

- a- o Ministério Público Federal;
- b- o Ministério Público do Trabalho;
- c- o Ministério Público Militar;
- d- o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I - redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 4º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 5º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 6º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos."

Parágrafo incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"§ 7º Lei federal disporá sobre as normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º."

§ 3º. Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formarão lista triplíce dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 4º. Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativas é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

- I- as seguintes garantias:
 - a- vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada e julgado;
 - b- inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;
 - c- irredutibilidade de subsídios, fixado na forma do art. 39², § 4º., e ressalvado o disposto nos arts. 37³, X e XI, 150⁴, II, 153⁵ III, 153, § 2º., I;

² Art. 39, § 4º "§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI."

³ Art. 37, X e XI X - a revisão geral da remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;" (Regulamento)

(*) XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

(*) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/98:

"XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de

II- as seguintes vedações:

- a- receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- b- exercer a advocacia;
- c- participar de sociedade comercial, na forma da lei;
- d- exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;
- e- exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei.

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

- I- promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- II- zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;
- III- promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;
- IV- promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;
- V- defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;
- VI- expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;
- VII- exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;
- VIII- requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;"

⁴ Art. 150, II instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

⁵ Art. 153, III, § 2º, I; Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: III - renda e proventos de qualquer natureza; § 2º - O imposto previsto no inciso III: I - será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei;

IX- exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com a sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º. A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º. As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação.

§ 3º. O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º. Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93⁶, II e VI.

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta Seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

- abrangência; compreensão – art. 128, I e II
- autonomia funcional e administrativa – art. 127, § 2º. (EC 19/98)
- do Trabalho e Militar; quadro suplementar; atuais integrantes; disposições transitória – ADCT⁷ art. 29, § 4º

⁶ Art. 93, II e VI II - promoção de entrância para entrância, alternadamente, por antiguidade e merecimento, atendidas as seguintes normas:

a) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago;

c) aferição do merecimento pelos critérios da presteza e segurança no exercício da jurisdição e pela frequência e aproveitamento em cursos reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração da antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação e aperfeiçoamento de magistrados como requisitos para ingresso e promoção na carreira;

⁷ ADCT art. 29; Art. 29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições.

§ 1º - O Presidente da República, no prazo de cento e vinte dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União.

- Estados, Distrito Federal e Territórios/Procurador-Geral; escolha, destituição – art. 128, §§ 3º. e 4º. – leis complementares; estatuto – art. 128, § 5º., caput
- exercício/ ato do Presidente da República contrário à sua liberdade; crime de responsabilidade; hipótese – art. 85, II – transitório – ADCT art. 29
- funções institucionais/ art. 129, I a XI – exercício/ compatível de outras funções – art. 129, IX – por integrantes de carreira (exclusivamente) – art. 129, § 2º.
- garantias – art. 128, § 5º.
- impedimentos/ recebimento de honorários, percentagens ou custas processuais – art. 128, § 5º., II, a – exercício da advocacia – art. 128, § 5º., II, b – participação em sociedade comercial – art. 128, § 5º., c – exercício de outras funções públicas, exceto magistério – art. 128, § 50., e
- incumbências e princípios – art. 127, caput, e § 1º.
- membros; aposentadoria voluntária; hipótese – EC 20/98, art. 8º., § 2º.
- membros/ composição nos Tribunais Regionais Federais – art. 94⁸ – composição no Superior Tribunal de Justiça – art. 104⁹, parágrafo único, II – garantias e vantagens; opções pelo regime anterior – ADCT art. 29, § 3º.

§ 2º - Aos atuais Procuradores da República, nos termos da lei complementar, será facultada a opção, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.

§ 3º - Poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.

§ 4º - Os atuais integrantes do quadro suplementar dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar que tenham adquirido estabilidade nessas funções passam a integrar o quadro da respectiva carreira.

§ 5º - Cabe à atual Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por delegação, que pode ser ao Ministério Público Estadual, representar judicialmente a União nas causas de natureza fiscal, na área da respectiva competência, até a promulgação das leis complementares previstas neste artigo.

⁸ Art, 94 Um quinto dos lugares dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, e do Distrito Federal e Territórios será composto de membros, do Ministério Público, com mais de dez anos de carreira, e de advogados de notório saber jurídico e de reputação ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes. Parágrafo único. Recebidas as indicações, o tribunal formará lista tríplice, enviando-a ao Poder Executivo, que, nos vinte dias subsequentes, escolherá um de seus integrantes para nomeação.

⁹ Art. 104, § único, Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo:

II um terço, em partes iguais, dentre advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente, indicados na forma do art. 94.

- membros/ julgamento; crimes comuns e de responsabilidade/ Ministério Público Estadual – art. 96¹⁰, III – Ministério Público da União/ art. 105¹¹, I, a, e art. 108¹², I, a – habeas corpus – art. 105, I, c (EC 22/99)
- membros/ habeas corpus; coator ou paciente; hipótese – art. 105, I, c, (Ec 22/99) – junto aos Tribunais de Contas; disposições – art. 130
- organização/ e manutenção; Distrito Federal e Territórios; competência da União – art. 21¹³, XIII – Distrito Federal e Territórios; competência privativa da União – art. 22¹⁴,

¹⁰ Art. 96, III aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

¹¹ Art. 105, I, a, c. Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

I - processar e julgar, originariamente:

a) nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais;

~~(c) os "habeas-corpus", quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;~~

(c) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 22, de 18/03/99:

~~"c) os habeas-corpus, quando o coator ou o paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", quando coator for tribunal, sujeito à sua jurisdição, ou Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;"~~

(c) Redação dada pela Emenda Constitucional nº 23, de 02/09/99:

~~"c) os habeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea "a", ou quando o coator for tribunal sujeito à sua jurisdição, Ministro de Estado ou Comandante da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;"~~

¹² Art. 108, I, a; Art. 108. Compete aos Tribunais Regionais Federais:

I - processar e julgar, originariamente:

a) os juízes federais da área de sua jurisdição, incluídos os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

¹³ Art. 21, XIII; XIII - organizar e manter o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios;

¹⁴ Art. 22, XVII; XVII - organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios, bem como organização administrativa destes;

XVII – União, Territórios e Distrito Federal; Congresso Nacional; competência com sanção presidencial; disposição – art. 48¹⁵, IX – Presidente da República; União, Estados, Distrito Federal e Territórios; iniciativa privativa; disposição – art. 61¹⁶, § 1º, II, d – projetos; inadmissível aumento da despesa prevista – art. 63¹⁷, II – não objeto de delegação – art. 68¹⁸, § 1º. I – União e Estados; atribuições e estatuto; garantias; vedações – art. 128, § 5º.

- promoção e aposentadoria/ aplicação, havendo cabimento – art. 93, II e VI – aposentadoria voluntária; hipótese – EC 20/98, art. 8º.
- orçamento/ proposta orçamentária; elaboração – art. 127, § 3º. – recursos correspondentes às dotações orçamentárias – art. 168¹⁹
- remuneração/ política; propositura ao Poder Legislativo – art. 127, § 2º. (EC 19/98) – membros – art. 135²⁰ (EC 19/98)

¹⁵ Art. 48, IX; IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

¹⁶ Art. 61, § 1º, II, d; Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

II - disponham sobre:

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

¹⁷ Art. 63, II; Art. 63. Não será admitido aumento da despesa prevista:

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

¹⁸ Art. 68, § 1º, I; Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.

§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:

I - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

¹⁹ Art. 168; Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º.

²⁰ Art. 135; ~~Art. 135. Às carreiras disciplinadas neste título aplicam-se o princípio do art. 37, XII, e o art. 39, § 1º.~~

- vedações/ art. 128, § 5º, II – representação judicial e consultoria jurídica de entidades públicas – art. 129, IX

EMENDA CONSTITUCIONAL 19, DE 1998

Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas de Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º. do art. 60 da Constituição Federal, promulgam esta emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Os incisos XIV e XXII do art. 21 e XXVII do art. 22 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21. Compete à União:

XIV – organizar e manter a polícia civil, a polícia militar e o corpo de bombeiros militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio;

XXII – executar os serviços de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;”

“Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autarquias e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III; “

Art. 2º. O § 2º. do art. 27 e os incisos V e VI do art. 29 da Constituição Federal passam vigorar com a seguinte redação, inserindo-se § 2º. do art. 28 e renumerando-se para o § 1º. o atual parágrafo único:

“Art. 27

§ 2º. O subsídio dos Deputados Estaduais será fixado por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecimento, em espécie, para os Deputados Federais, observando o que dispõem os arts. 39, § 4º., 57, § 7º., 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I.”

“Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º.”

“Art. 28.

§ 1º. Perderá o mandato o Governador que assumir outro cargo ou função na administração pública direta ou indireta, ressalvando a posse em virtude de concurso público e observando o disposto no art. 38, I, IV e V.

§ 2º. Os subsídios do Governador, do Vice-Governador e dos Secretários de Estado serão fixados por lei de iniciativa da Assembléia Legislativa, observando o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I.”

“Art. 29.

V – subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observando o que dispõem os art. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

VI – subsídios dos Vereadores fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de, no máximo, setenta e cinco por cento daquele estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observando o que dispõem os arts. 39, § 4º, 57, § 7º, 150, III, e 153, § 2º, I.

Art. 3º. O caput, os incisos I, II, V, VII, X, XI, XIII, XIV, XV, XVI, XVII e XIX e o § 3º. do art. 37 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, acrescendo-se ao artigo os §§ 7º. a 9º..

“Art. 37. A administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;

II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivos, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VII- o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

X – a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º. do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autarquia e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato efetivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XIII – é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV – os acréscimos pecuniários percebidos por servidores públicos não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulterior;

XV – o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvando o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

XVI – é vedada a cumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observando em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico;

XVII – a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo poder público;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

§ 3º. – A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I – as reclamações relativas à prestação de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II – o acesso dos usuários a registro administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;

III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargos, emprego ou função na administração pública.

§ 7º. A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 8º. A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

- I- o prazo de duração do contrato;
- II- os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;
- III- a remuneração do pessoal.

§ 9º. O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista e suas subsidiárias, que recebem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.”

Art. 4º. O caput do art. 38 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e funcional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:”

Art. 5º. O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

§ 1º. A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II – os requisitos para a investidura;

III – as peculiaridades dos cargos.

§ 2º. A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 3º. Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º., IV, VII, VIII, IX, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.

§ 4º. O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

§ 5º. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI.

§ 6º. Os Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º. Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programa de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e realização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.

§ 8º. A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º.”

Art. 6º. O art. 41 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargos de provimento efetivo em virtude de concurso público.

§ 1º. O Servidor Público estável só perderá o cargo:

I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

§ 3º. Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º. Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.”

Art. 7º. O art. 48 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV:

“Art.48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observando o que dispõem os arts. 39, § 4º., 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I.”

Art. 8º. Os incisos VII e VIII do art. 49 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

VII – fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observando o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º., 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I;

VIII – fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observando o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º., 150, II, 153, III, e 153 § 2º., I;

Art. 9º. O inciso IV do art. 51 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para

fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Art. 10º. O inciso XIII do art. 52 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

XIII – dispor sobre sua organização, funcionamento, política, criação, transformações ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Art. 11º. O § 7º. do art. 57 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 57.

§ 7º. Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, vedado o pagamento de parcela indenizatória em valor superior ao do subsídio mensal;

Art. 12º. O parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 70.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.”

Art. 13. O inciso V do art. 93, o inciso III do art. 95 e a alínea b do inciso II do art. 96 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 93.

V – o subsídio dos Ministros dos Tribunais Superiores corresponderá a noventa e cinco por cento do subsídio mensal fixado para os Ministros do Supremo Tribunal Federal e os subsídios dos demais magistrados serão fixados em lei e escalonados, em nível federal e estadual, conforme as respectivas categorias da estrutura judiciária nacional, não podendo a diferença entre uma e outra ser superior a dez por cento ou inferior a cinco por cento, nem exceder a noventa e cinco ou inferior a mensal dos Ministros dos Tribunais Superiores, obedecidos, em qualquer caso, o disposto nos arts. 37, XI, e 39, § 4º;

Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias:

III – irredutibilidade de subsídios, ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 39, § 4º., 150, II, 153, III, e 153, § 2º., I.

Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juizes que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juizes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver, ressalvado o disposto no art. 48, XV;”

Art. 14. O § 2º. do art. 127 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 127.

§ 2º. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.”

Art. 15. A alínea c do inciso I do § 5º. do art. 128 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 128

§ 5º. Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I – as seguintes garantias:

c) irredutibilidade de subsídios, fixado na forma do art. 39, § 4º., e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º., I;”

Art. 16. A Seção II do Capítulo IV do Título IV da Constituição Federal passa a denominar-se “DA ADVOCACIA PÚBLICA”.

Art. 17. O art. 132 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Art. 18. O art. 135 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinares nas Seções II e III deste Capítulo serão renumerados na forma do art. 39, § 4º..”

Art. 19. O § 1º. e seu inciso III e os §§ 2º. e 3º. do art. 144 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação, inserindo-se o artigo § 9º.:

“Art. 144. ...

§ 1º. A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:...

III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

§ 2º. A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

§ 3º. A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

§ 9º. A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixado na forma do § 4º. do art. 39.”

Art. 20. O caput do art. 167 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido de inciso X, com a seguinte redação:

“Art. 167. São vedados:

X – a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federais e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ...”

Art. 21. O art. 169 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, à carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 2º. Decorrido o prazo estabelecido na lei complementar referida neste artigo para a adaptação aos parâmetros ali previstos, serão imediatamente suspensos todos os repasses de verbas federais ou estaduais aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não observarem os referidos limites.

§ 3º. Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, durante o prazo fixado na lei complementar referida no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

I – redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargo em comissão e funções de confiança;

II – exoneração dos servidores não estáveis.

§ 4º. Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento da determinação da lei complementar referida neste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

§ 5º. O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 6º. O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.

§ 7º. Lei federal disporá sobre normas gerais a serem obedecidas na efetivação do disposto no § 4º.”

Art. 22. O § 1º. do art. 173 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 173. ...

§ 1º. A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre:

I – sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade;

II – a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários;

III – licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública;

IV – a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários;

V – os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores. ...”

Art. 23. O inciso V do art. 206 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V – valorização dos profissionais de ensino, garantidos, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; ...”

Art. 24. O art. 241 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 241. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entes federados,

autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à comunidade dos serviços transferidos.”

Art. 25. Até a instituição do fundo a que se refere o inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, compete à União manter os atuais compromissos financeiros com a prestação de serviços públicos do Distrito Federal.

Art. 26. No prazo de dois anos da promulgação desta Emenda, as entidades da administração indireta terão seus estatutos revistos quanto à respectiva natureza jurídica, tendo em conta a finalidade e as competências efetivamente executadas.

Art. 27. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação desta Emenda, elaborará lei de defesa do usuário de serviços públicos.

Art. 28. É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágios probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º. do art. 41 da Constituição Federal.

Art. 29. Os subsídios, vencimentos, remuneração, proventos da aposentadoria e pensões e quaisquer outras são espécies remuneratórias adequar-se-ão, a partir da promulgação desta Emenda, aos limites decorrentes da Constituição Federal, não se admitindo a percepção de excesso a qualquer título.

Art. 30. O projeto de lei complementar a que se refere o art. 163 da Constituição Federal será apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no prazo máximo de cento e oitenta dias da promulgação desta Emenda.

Art. 31. Os servidores públicos federais da administração direta e indireta, os servidores municipais e os integrantes da carreira policial militar dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima, que comprovadamente encontravam-se no exercício regular de suas funções prestando serviços àqueles ex-Territórios na data em que foram transformados em Estados; os policiais militares que tenham sido admitidos por força de lei federal, custeados pela União; e, ainda, os servidores civis nesses Estados com vínculo funcional já reconhecido pela União, constituirão quadro em extinção da administração federal, assegurados os direitos e vantagens inerentes aos seus servidores, vedado o pagamento, a qualquer título, de diferenças remuneratórias.

§ 1º. Os servidores de carreira policial militar continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições legais e regulamentares a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observadas as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico.

§ 2º. Os servidores civis continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, até seu aproveitamento em órgão da administração federal.

Art. 32. A Constituição Federal passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

“Art. 247. As leis previstas no inciso III do § 1º. do art. 41 e no § 7º. do art. 169 estabelecerão critérios e garantias especiais para a perda do cargo pelo servidor

público estável que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolva atividade exclusivas de Estado.

Parágrafo único. Na hipótese de insuficiência de desempenho, a perda do cargo somente ocorrerá mediante processo administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.”

Art. 33. Consideram-se servidores não estáveis, para os fins do art. 169, § 3º, II, da Constituição Federal aqueles admitidos na administração direta, autárquica e funcional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

Art. 34. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Brasília, 4 de junho de 1998.

EMENDA CONSTITUCIONAL No. 20, DE 1998.

Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º. do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7º. ...

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho, a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; ...”

“Art. 37. ...

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.”

“Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão apresentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º.;

I – por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II – compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III – voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

- a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;
- b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 2º. Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de suas concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou de que serviu de referência para a concessão da pensão.

§ 3º. Os proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei, corresponderão à totalidade da remuneração.

§ 4º. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados os casos de atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 5º. Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, a, para o professor de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 6º. Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo.

§ 7º. Lei disporá sobre concessão do benefício da pensão por morte, que será de igual ao valor dos proventos do servidor falecido ou ao valor dos proventos a que teria direito o servidor em atividade na data de seu falecimento, observado o disposto no § 3º.

§ 8º. Observado o disposto no art. 37, XI, os proventos de aposentadoria e pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modifica a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefício ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividades, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

§ 9º. O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma da Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo.

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social.

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social que trata o art. 201.

§ 15. Observado o disposto no art. 202, lei complementar disporá sobre as normas gerais para a instituição de regime de previdência complementar pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para atender aos seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo.

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.”

“Art. 42. ...

§ 1º. Aplicam-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, além do que vier a ser fixado em lei, as disposições do art. 14, § 8º, do art. 40, § 9º, e do art. 142, §§ 2º e 3º, cabendo a lei estadual específica dispor sobre matérias do art. 142, § 3º, inciso X, sendo as patentes dos oficiais conferidas pelos respectivos governadores.

§ 2º. Aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a seus pensionistas, aplica-se o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º.”

“Art. 73. ...

§ 3º. Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, aplicando-se-lhes, quanto à aposentadoria e pensão, as normas constantes do art. 40. ...”

“Art. 93. ...

VI – a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40; ...”

“Art. 100. ...

§ 3º. O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 114. ...

§ 3º. Compete ainda à Justiça do Trabalho executar, de ofício, as contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir.”

“Art. 142. ...

§ 3º. ...

IX – aplica-se aos militares e a seus pensionistas o disposto no art. 40, §§ 7º e 8º; ...”

“Art. 167. ...

XI – a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. ...”

“Art. 194. ...

Parágrafo único. ...

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.”

“Art. 195. ...

I – do empregador, da empresa e da entidade e ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre:

- a) a folha de salário e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício;
- b) a receita ou o faturamento;
- c) o lucro;

II – do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

§ 8º. O produtor, o parceiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

§ 9º. As contribuições sociais previstas no inciso I deste artigo poderão ter alíquota ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou da utilização intensiva de mão-de-obra.

§ 10. A lei definirá os critérios de transferência de recursos para o sistema único de saúde e ações de assistência social da União para os Estados, o Distrito Federal e o Municípios, e dos Estados para os Municípios, observada a respectiva contrapartida de recursos.

§ 11. É vedada a concessão de remissão ou anistia das contribuições sociais que tratam os incisos I, a, e II deste artigo, para débitos em montante superior ao fixado em lei complementar.”

“Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:

I – cobertura dos eventos de doenças, invalidez, morte e idade avançada;

II – proteção à maternidade, especialmente à gestante;

III – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário;

IV – salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda;

V – pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes, observado o disposto no § 2º.

§ 1º. É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os

casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidos em lei complementar.

§ 2º. Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.

§ 3º. Todos os salários de contribuição considerados para o cálculo de benefício serão devidamente atualizados, na forma da lei.

§ 4º. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios definidos em lei.

§ 5º. É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.

§ 6º. A gratificação natalina dos aposentados e pensionistas terá por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.

§ 7º. É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:

I – trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II – sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher; reduzido em cinco anos o limite para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para que os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nestes incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal.

§ 8º. Os requisitos a que se refere o inciso I do parágrafo anterior serão reduzido em cinco anos, para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§ 9º. Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei.

§ 10. Lei disciplinará a cobertura do risco de acidentes do trabalho, a ser atendida concorrentemente pelo regime geral de previdência social e pelo setor privado.

§ 11. Os ganhos habituais do empregado, a qualquer título, serão incorporados ao salário para efeito de contribuição previdenciária e conseqüente repercussão em benefício, nos casos e na forma da lei.”

“Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar.

§ 1º. A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos.

§ 2º. As condições de empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei.

§ 3º. É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de

patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado

§ 4º. Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, suas respectivas entidades fechadas de previdência de privada..

§ 5º. A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada.

§ 6º. A lei complementar a que se refere o § 4º. deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instancias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.”

Art. 2º. A Constituição Federal, nas Disposições Gerais, é acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 248. Os benefícios pagos, a qualquer título, pelo órgão responsável pelo regime geral de previdência social, ainda que à conta do Tesouro Nacional, e os não sujeitos ao limite máximo de valor fixado para os benefícios concedidos por esse regime observarão os limites fixados no art. 37, XI.

Art. 249. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de proventos de aposentadoria e pensões concedidas aos respectivos servidores e seus dependentes, em adição aos recursos dos respectivos tesouros, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos.

Art. 250. Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento dos benefícios concedidos pelo regime geral de previdência social, em adição aos recursos de sua arrecadação, a União poderá constituir fundo integrado por bens, direitos e ativo de qualquer natureza, mediante lei que disporá sobre a natureza e administração desse fundo.”

Art. 3º. É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta emenda, tenha cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º. O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até complementar as exigências para a aposentadoria contidas no art. 40, § 1º., III, a, da Constituição Federal.

§ 2º. Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecida para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação em vigente.

§ 3º. São mantidos todos os direitos e garantias asseguradas nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda aos servidores e militares, inativos e pensionistas,

aos anistiados e aos ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 4º. Observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 5º. O disposto no art. 202, § 3º, da Constituição Federal, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data da publicação da lei complementar a que se refere o § 4º. do mesmo artigo.

Art. 6º. As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto nesta artigo.

Art. 7º. Os projetos das leis complementares previstas no art. 202 da Constituição Federal deverão ser apresentados ao Congresso Nacional no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.

Art. 8º. Observados o disposto no art. 4º. desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas, é assegurado o direito à aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, § 3º, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública, direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação desta Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

- I- tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;
- II- tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria;
- III- contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta e cinco anos, se homem, trinta anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, da data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º. O servidor de que trata este artigo, desde que atendido o disposto em seus incisos I e II, e observado o disposto no art. 4º. desta Emenda, pode aposentar-se com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

- I- contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

- II- os proventos da aposentadoria proporcional serão equivalentes a setenta por cento do valor máximo que o servidor poderia obter de acordo com o caput, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º. Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º. Na aplicação do disposto no parágrafo anterior, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com acréscimo de dezessete por cento.

§ 4º. O professor, servidor da União, do Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que até a data da publicação desta Emenda, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério.

§ 5º. O servidor de que trata este artigo, que, após completar as exigências para aposentadoria estabelecidas no caput, permanecer em atividade, fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1º, III, a, da Constituição Federal.

Art. 9º. Observado o disposto no art. 4º. desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que se tenha filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, quando, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos:

- I- contar com cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e
- II- contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1º. O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do caput, e observado o disposto no art. 4º. desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

- I- contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:
 - a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e
 - b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;
- II- o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o caput, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2º. O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.

Art. 10. O regime de previdência complementar de que trata o art. 40, §§ 14, 15 e 16, da Constituição Federal, somente poderá ser instituído após a publicação da lei complementar prevista no § 15 do mesmo artigo.

Art. 11. A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 12. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195 da Constituição Federal, são exigíveis as estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 13. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 14. O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 15. Até que a lei complementar a que se refere o art. 201, § 1º, da Constituição Federal, seja publicada, permanece em vigor o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei no. 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente à data da publicação desta Emenda.

Art. 16. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revoga-se o inciso II do § 2º. do art. 153 da Constituição Federal.

Brasília, 15 de dezembro de 1998.

EMENDA CONSTITUCIONAL No. 22, DE 1999

Acrescenta parágrafo único ao art. 98 e altera as alíneas "i" do inciso I da art. 102, e "c" do inciso I do art. 105 da Constituição Federal

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senador Federal, nos termos do § 3º. do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. É acrescentado ao art. 98 da Constituição Federal o seguinte parágrafo único:

"Art. 98. ...

Parágrafo único. Lei federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal."

Art. 2º. A alínea i do inciso I do art. 102 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 102. ...

I ..."

"i) o hábeas corpus, quando o coator for Tribunal Superior ou quando o coator ou o paciente for autoridade ou funcionário cujos atos estejam sujeitos diretamente à jurisdição do Supremo Tribunal Federal, ou se trate de crime sujeito à mesma jurisdição em uma única instância;"

"..."

Art. 3º. A alínea c do inciso I do art. 105 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105. ...

I- ...

"c) os hábeas corpus, quando o coator ou paciente for qualquer das pessoas mencionadas na alínea a, quando coator for tribunal, sujeito à sua jurisdição, ou Ministro de Estado, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;"

"..."

Art. 4º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de março de 1999.

LEI N.º 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993.

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais

Art. 1º O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2º Lei complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.

Parágrafo único. A organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

III - elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;

IV - adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

VI - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;

VII - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VIII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos e carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

IX - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

X - compor os seus órgãos de administração;

XI - elaborar seus regimentos internos;

XII - exercer outras competências dela decorrentes.

Parágrafo único As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

Art. 4º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo.

§ 1º Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, serão entregues até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa.

§ 2º A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno estabelecido na Lei Orgânica.

CAPÍTULO II

Da Organização do Ministério Público

SEÇÃO I

Dos Órgãos de Administração

Art. 5º São órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

I - a Procuradoria-Geral de Justiça;

II - o Colégio de Procuradores de Justiça;

III - o Conselho Superior do Ministério Público;

IV - a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 6º São também órgãos de Administração do Ministério Público:

I - as Procuradorias de Justiça;

II - as Promotorias de Justiça.

SEÇÃO II

Dos Órgãos de Execução

Art. 7º São órgãos de execução do Ministério Público:

- I - o Procurador-Geral de Justiça;
- II - o Conselho Superior do Ministério Público;
- III - os Procuradores de Justiça;
- IV - os Promotores de Justiça.

SEÇÃO III

Dos Órgãos Auxiliares

Art. 8º São órgãos auxiliares do Ministério Público, além de outros criados pela Lei Orgânica:

- I - os Centros de Apoio Operacional;
- II - a Comissão de Concurso;
- III - o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
- IV - os órgãos de apoio administrativo;
- V - os estagiários.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos de Administração

SEÇÃO I

Da Procuradoria-Geral de Justiça

Art. 9º Os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

§ 1º A eleição da lista tríplice far-se-á mediante voto plurinominal de todos os integrantes da carreira.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 3º Nos seus afastamentos e impedimentos o Procurador-Geral de Justiça será substituído na forma da Lei Orgânica.

§ 4º Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato.

Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I - exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente;

II - integrar, como membro nato, e presidir o colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público;

III - submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e de orçamento anual;

IV - encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

V - praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público;

VI - prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;

VII - editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

VIII - delegar suas funções administrativas;

IX - designar membros do Ministério Público para:

a) exercer as atribuições de dirigente dos Centros de Apoio Operacional;

b) ocupar cargo de confiança junto aos órgãos da Administração Superior;

c) integrar organismos estatais afetos a sua área de atuação;

d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem como de quaisquer peças de informações;

e) acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória, devendo recair a escolha sobre o membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, oficiar no feito, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços;

f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com consentimento deste;

g) por ato excepcional e fundamentado, exercer as funções processuais afetas a outro membro da instituição, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público;

h) oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, ou junto ao Procurador-Regional Eleitoral, quando por este

solicitado;

X - dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;

XI - decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;

XII - expedir recomendações, sem caráter normativo aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

XIII - encaminhar aos Presidentes dos Tribunais as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, caput, e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;

XIV - exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 11. O Procurador-Geral de Justiça poderá ter em seu Gabinete, no exercício de cargo de confiança, Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou categoria, por ele designados.

SEÇÃO II

Do Colégio de Procuradores de Justiça

Art. 12. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe:

I - opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional;

II - propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

III - aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

IV - propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

V - eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;

VI - destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou da maioria de seus integrantes, assegurada ampla defesa;

VII - recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público;

VIII - julgar recurso contra decisão:

a) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público;

b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar;

c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antigüidade;

d) de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público;

e) de recusa prevista no § 3º do art. 15 desta lei;

IX - decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;

X - deliberar por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação cível de decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos previstos nesta Lei;

XI - rever, mediante requerimento de legítimo interessado, nos termos da Lei Orgânica, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informações determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

Parágrafo único. As decisões do Colégio de Procuradores da Justiça serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes.

Art. 13 Para exercer as atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça com número superior a quarenta Procuradores de Justiça, poderá ser constituído Órgão Especial, cuja composição e número de integrantes a Lei Orgânica fixará.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses previstas nos incisos I, IV, V e VI do artigo anterior, bem como a outras atribuições a serem deferidas à totalidade do Colégio de Procuradores de Justiça pela Lei Orgânica.

SEÇÃO III

Do Conselho Superior do Ministério Público

Art. 14. Lei Orgânica de cada Ministério Público disporá sobre a composição, inelegibilidade e prazos de sua cessação, posse e duração do mandato dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, respeitadas as seguintes disposições:

I - o Conselho Superior terá como membros natos apenas o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público;

II - são elegíveis somente Procuradores de Justiça que não estejam afastados da carreira;

III - o eleitor poderá votar em cada um dos elegíveis até o número de cargos postos em eleição, na forma da lei complementar estadual.

Art. 15. Ao Conselho Superior do Ministério Público compete:

I - elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, caput e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal;

II - indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;

III - eleger, na forma da Lei Orgânica, os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira;

IV - indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antigüidade;

V - indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação;

VI - aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público;

VII - decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público;

VIII - determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada ampla defesa;

IX - aprovar o quadro geral de antigüidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito;

X - sugerir ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

XI - autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - exercer outras atribuições previstas em lei.

§ 1º As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes.

§ 2º A remoção e a promoção voluntária por antigüidade e por merecimento, bem como a convocação, dependerão de prévia manifestação escrita do interessado.

§ 3º Na indicação por antigüidade, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá recusar o membro do Ministério Público mais antigo pelo voto de dois terços de seus integrantes, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, após o julgamento de eventual recurso interposto com apoio na alínea e do inciso VIII do art. 12 desta lei.

SEÇÃO IV

Da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Art. 16. O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

Parágrafo único. O Corregedor-Geral do Ministério Público é membro nato do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 17. A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições:

I - realizar correções e inspeções;

II - realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça;

III - propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público;

IV - fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução;

V - instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro da instituição, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, na forma da Lei Orgânica;

VI - encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma da Lei Orgânica, incumba a este decidir;

VII - remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

VIII - apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior.

Art. 18. O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou categoria, por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Recusando-se o Procurador-Geral de Justiça a designar os Promotores de Justiça que lhe foram indicados, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá submeter a indicação à deliberação do Colégio de Procuradores.

SEÇÃO V

Das Procuradorias de Justiça

Art. 19. As Procuradorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas pela Lei Orgânica.

§ 1º É obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

§ 2º Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 20. Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça civis e criminais, que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 21. A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Colégio de Procuradores, que visem à distribuição equitativa dos processos por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie dos feitos.

Parágrafo único. A norma deste artigo só não incidirá nas hipóteses em que os Procuradores de Justiça definam, consensualmente, conforme critérios próprios, a divisão interna dos serviços.

Art. 22. À Procuradoria de Justiça compete, na forma da Lei Orgânica, dentre outras atribuições:

I - escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria;

II - propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias de seus integrantes;

III - solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, que convoque Promotor de Justiça da mais elevada entrância ou categoria para substituí-lo.

Art. 22. À Procuradoria de Justiça compete, na forma da Lei Orgânica, dentre outras atribuições:

I - escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria;

II - propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias de seus integrantes;

III - solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, que convoque Promotor de Justiça da mais elevada entrância ou categoria para substituí-lo.

SEÇÃO VI

Das Promotorias de Justiça

Art. 23. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares

necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas pela Lei Orgânica.

§ 1º As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 3º A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores.

Art. 24. O Procurador-Geral de Justiça poderá, com a concordância do Promotor de Justiça titular, designar outro Promotor para funcionar em feito determinado, de atribuição daquele.

CAPÍTULO IV

Das Funções dos Órgãos de Execução

SEÇÃO I

Das Funções Gerais

Art. 25. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I - propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face à Constituição Estadual;

II - promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

III - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

b) para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

V - manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou grau de jurisdição em que se encontrem os processos;

VI - exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

VII - deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

VIII - ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;

IX - interpor recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça;

X - (Vetado);

XI - (Vetado).

Parágrafo único. É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas, sob pena de nulidade do ato praticado.

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior;

II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que oficie;

III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no art. 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los;

V - praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório;

VI - dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas;

VII - sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas propostas, destinadas à prevenção e controle da criminalidade;

VIII - manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz, da parte ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção.

§ 1º As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os desembargadores, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

§ 3º Serão cumpridas gratuitamente as requisições feitas pelo Ministério Público às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição, na forma do inciso I deste artigo, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do Ministério Público.

§ 5º Toda representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros da instituição que tenham atribuições para apreciá-la, observados os critérios fixados pelo Colégio de Procuradores.

Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

I - pelos poderes estaduais ou municipais;

II - pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta;

III - pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal;

IV - por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública.

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

I - receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas;

II - zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;

III - dar andamento, no prazo de trinta dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I;

IV - promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

Art. 28. (Vetado).

SEÇÃO II

Do Procurador-Geral de Justiça

Art. 29. Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I - representar aos Tribunais locais por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual;

II - representar para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial;

III - representar o Ministério Público nas sessões plenárias dos Tribunais;

IV - (Vetado);

V - ajuizar ação penal de competência originária dos Tribunais, nela oficiando;

VI - officiar nos processos de competência originária dos Tribunais, nos limites estabelecidos na Lei Orgânica;

VII - determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão de comissões parlamentares de inquérito ou inquérito policial, nas hipóteses de suas atribuições legais;

VIII - exercer as atribuições do art. 129, II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa ou os Presidentes de Tribunais, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções, deva ser ajuizada a competente ação;

IX - delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.

SEÇÃO III

Do Conselho Superior do Ministério Público

Art. 30. Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei.

SEÇÃO IV

Dos Procuradores de Justiça

Art. 31. Cabe aos Procuradores de Justiça exercer as atribuições junto aos Tribunais, desde que não cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, e inclusive por delegação deste.

SEÇÃO V

Dos Promotores de Justiça

Art. 32. Além de outras funções cometidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e demais leis, compete aos Promotores de Justiça, dentro de suas esferas de atribuições:

I - impetrar habeas-corpus e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes;

II - atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis;

III - officiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, com as atribuições do Ministério Público Eleitoral previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União que forem pertinentes, além de outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária.

CAPÍTULO V

Dos Órgãos Auxiliares

SEÇÃO I

Dos Centros de Apoio Operacional

Art. 33. Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, competindo-lhes, na forma da Lei Orgânica:

I - estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;

II - remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;

III - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IV - remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições;

V - exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

SEÇÃO II

Da Comissão de Concurso

Art. 34. À Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica e observado o art. 129, § 3º, da Constituição Federal.

Parágrafo único - A Lei Orgânica definirá o critério de escolha do Presidente da Comissão de Concurso de ingresso na carreira, cujos demais integrantes serão eleitos na forma do art. 15, inciso III, desta Lei.

SEÇÃO III

Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Art. 35. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

Parágrafo único. A Lei Orgânica estabelecerá a organização, funcionamento e demais atribuições do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

SEÇÃO IV

Dos Órgãos de Apoio Administrativo

Art. 36. Lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça disciplinará os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, organizados em quadro próprio de carreiras, com os cargos que atendam às suas peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais.

SEÇÃO V

Dos Estagiários

Art. 37. Os estagiários do Ministério Público, auxiliares das Promotorias de Justiça, serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, para período não superior a três anos.

Parágrafo único. A Lei Orgânica disciplinará a seleção, investidura, vedações e dispensa dos estagiários, que serão alunos dos três últimos anos do curso de bacharelado de Direito, de escolas oficiais ou reconhecidas.

CAPÍTULO VI

Das Garantias e Prerrogativas dos Membros do Ministério Público

Art. 38. Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e têm as seguintes garantias:

I - vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;

III - irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

§ 1º O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos seguintes casos:

I - prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado;

II - exercício da advocacia;

III - abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos.

§ 2º A ação civil para a decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores, na forma da Lei Orgânica.

Art. 39. Em caso de extinção do órgão de execução, da Comarca ou mudança da sede da Promotoria de Justiça, será facultado ao Promotor de Justiça remover-se para outra Promotoria de igual entrância ou categoria, ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais e a contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

§ 1º O membro do Ministério Público em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações constitucionais e será classificado em quadro especial, provendo-se a vaga que ocorrer.

§ 2º A disponibilidade, nos casos previstos no caput deste artigo outorga ao membro do Ministério Público o direito à percepção de vencimentos e vantagens integrais e à contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

Art. 40. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, além de outras previstas na Lei Orgânica:

I - ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou a autoridade competente;

II - estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento, somente se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público competente, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

III - ser preso somente por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a comunicação e a apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça;

IV - ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça de seu Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordem constitucional;

V - ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

VI - ter assegurado o direito de acesso, retificação e complementação dos dados e informações relativos à sua pessoa, existentes nos órgãos da instituição, na forma da Lei Orgânica.

Art. 41. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função, além de outras previstas na Lei Orgânica:

I - receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem;

II - não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

III - ter vista dos autos após distribuição às Turmas ou Câmaras e intervir nas sessões de julgamento, para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

IV - receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista;

V - gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentos, nos limites de sua independência funcional;

VI - ingressar e transitar livremente:

a) nas salas de sessões de Tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos Magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, escritórios da justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias de polícia e estabelecimento de internação coletiva;

c) em qualquer recinto público ou privado, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio;

VII - examinar, em qualquer Juízo ou Tribunal, autos de processos findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

VIII - examinar, em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

IX - ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade;

X - usar as vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público;

XI - tomar assento à direita dos Juizes de primeira instância ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma.

Parágrafo único. Quando no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

Art. 42. Os membros do Ministério Público terão carteira funcional, expedida na forma da Lei Orgânica, valendo em todo o território nacional como cédula de identidade, e porte de arma, independentemente, neste caso, de qualquer ato formal de licença ou autorização.

CAPÍTULO VII

Dos Deveres e Vedações dos Membros do Ministério Público

Art. 43. São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei:

- I - manter ilibada conduta pública e particular;
- II - zelar pelo prestígio da Justiça, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III - indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal;
- IV - obedecer aos prazos processuais;
- V - assistir aos atos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença;
- VI - desempenhar, com zelo e presteza, as suas funções;
- VII - declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;
- VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis em face da irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- IX - tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça;
- X - residir, se titular, na respectiva Comarca;
- XI - prestar informações solicitadas pelos órgãos da instituição;
- XII - identificar-se em suas manifestações funcionais;
- XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;
- XIV - acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações:

- I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;
- II - exercer advocacia;
- III - exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;
- IV - exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;

V - exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e as exceções previstas em lei.

Parágrafo único. Não constituem acumulação, para os efeitos do inciso IV deste artigo, as atividades exercidas em organismos estatais afetos à área de atuação do Ministério Público, em Centro de Estudo e Aperfeiçoamento de Ministério Público, em entidades de representação de classe e o exercício de cargos de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares.

CAPÍTULO VIII

Dos Vencimentos, Vantagens e Direitos

Art. 45. O membro do Ministério Público, convocado ou designado para substituição, terá direito à diferença de vencimento entre o seu cargo e o que ocupar.

Art. 46. A revisão da remuneração dos membros do Ministério Público far-se-á na forma da lei estadual.

Art. 47. Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância ou categoria, ou da entrância mais elevada para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, garantindo-se aos Procuradores de Justiça não menos de noventa e cinco por cento dos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral.

Art. 48. A remuneração dos membros dos Ministérios Públicos dos Estados observará, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelos membros do Poder Judiciário local.

Art. 49. Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, em cada Estado, para efeito do disposto no § 1º do art. 39 da Constituição Federal, guardarão equivalência com os vencimentos dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça.

Art. 50. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, a membro do Ministério Público, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I - ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança;

II - auxílio-moradia, nas Comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público;

III - salário-família;

IV - diárias;

V - verba de representação de Ministério Público;

VI - gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, equivalente àquela devida ao Magistrado ante o qual oficial;

VII - gratificação pela prestação de serviço à Justiça do Trabalho, nas Comarcas em que não haja Junta de Conciliação e Julgamento;

VIII - gratificação adicional por ano de serviço, incidente sobre o vencimento básico e a verba de representação, observado o disposto no § 3º deste artigo e no inciso XIV do art. 37 da Constituição Federal;

IX - gratificação pelo efetivo exercício em Comarca de difícil provimento, assim definida e indicada em lei ou em ato do Procurador-Geral de Justiça;

X - gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções;

XI - verba de representação pelo exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior;

XII - outras vantagens previstas em lei, inclusive as concedidas aos servidores públicos em geral.

§ 1º Aplicam-se aos membros do Ministério Público os direitos sociais previstos no art. 7º, incisos VIII, XII, XVII, XVIII e XIX, da Constituição Federal.

§ 2º Computar-se-á, para efeito de aposentadoria, disponibilidade e adicionais por tempo de serviço, o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de quinze anos.

§ 3º. Constitui parcela dos vencimentos, para todos os efeitos, a gratificação de representação de Ministério Público.

Art. 51. O direito a férias anuais, coletivas e individuais, do membro do Ministério Público, será igual ao dos Magistrados, regulando a Lei Orgânica a sua concessão e aplicando-se o disposto no art. 7º, inciso XVII, da Constituição Federal.

Art. 52. Conceder-se-á licença:

I - para tratamento de saúde;

II - por motivo de doença de pessoa da família;

III - à gestante;

IV - paternidade;

V - em caráter especial;

VI - para casamento, até oito dias;

VII - por luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros, até oito dias;

VIII - em outros casos previstos em lei.

Parágrafo único. A Lei Orgânica disciplinará as licenças referidas neste artigo, não podendo o membro do Ministério Público, nessas situações, exercer qualquer de suas funções.

Art. 53. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão:

I - de licença prevista no artigo anterior;

II - de férias;

III - de cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, de duração máxima de dois anos e mediante prévia autorização do Conselho Superior do Ministério Público;

IV - de período de trânsito;

V - de disponibilidade remunerada, exceto para promoção, em caso de afastamento decorrente de punição;

VI - de designação do Procurador-Geral de Justiça para:

a) realização de atividade de relevância para a instituição;

b) direção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público;

VII - de exercício de cargos ou de funções de direção de associação representativa de classe, na forma da Lei Orgânica;

VIII - de exercício das atividades previstas no parágrafo único do art. 44 desta lei;

IX - de outras hipóteses definidas em lei.

Art. 54. O membro do Ministério Público será aposentado, com proventos integrais, compulsoriamente, por invalidez ou aos setenta anos de idade, e, facultativamente, aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na carreira.

Art. 55. Os proventos da aposentadoria, que corresponderão à totalidade dos vencimentos percebidos no serviço ativo, a qualquer título, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos membros do Ministério Público em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos àqueles, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos dos membros do Ministério Público aposentados serão pagos na mesma ocasião em que o forem os vencimentos dos membros do Ministério Público em atividade, figurando em folha de pagamento expedida pelo Ministério Público.

Art. 56. A pensão por morte, igual à totalidade dos vencimentos ou proventos percebidos pelos membros em atividade ou inatividade do Ministério Público, será reajustada na mesma data e proporção daqueles.

Parágrafo único. A pensão obrigatória não impedirá a percepção de benefícios decorrentes de contribuição voluntária para qualquer entidade de previdência.

Art. 57. Ao cônjuge sobrevivente e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral, em importância igual a um mês de vencimentos ou proventos percebidos pelo falecido.

Art. 58. Para os fins deste Capítulo, equipara-se à esposa a companheira, nos termos da lei.

CAPÍTULO IX

Da Carreira

Art. 59. O ingresso nos cargos iniciais da carreira dependerá da aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira.

§ 2º Assegurar-se-ão ao candidato aprovado a nomeação e a escolha do cargo, de acordo com a ordem de classificação no concurso.

§ 3º São requisitos para o ingresso na carreira, dentre outros estabelecidos pela Lei Orgânica:

I - ser brasileiro;

II - ter concluído o curso de bacharelado em Direito, em escola oficial ou reconhecida;

III - estar quite com o serviço militar;

IV - estar em gozo dos direitos políticos.

§ 4º O candidato nomeado deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 60. Suspende-se, até definitivo julgamento, o exercício funcional de membro do Ministério Público quando, antes do decurso do prazo de dois anos, houver impugnação de seu vitaliciamento.

§ 1º A Lei Orgânica disciplinará o procedimento de impugnação, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o não vitaliciamento e ao Colégio de Procuradores, em trinta dias, eventual recurso.

§ 2º Durante a tramitação do procedimento de impugnação, o membro do Ministério Público perceberá vencimentos integrais, contando-se para todos os efeitos o tempo de suspensão do exercício funcional, no caso de vitaliciamento.

Art. 61. A Lei Orgânica regulamentará o regime de remoção e promoção dos membros do Ministério Público, observados os seguintes princípios:

I - promoção voluntária, por antigüidade e merecimento, alternadamente, de uma para outra entrância ou categoria e da entrância ou categoria mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça, aplicando-se, por assemelhação, o disposto no art. 93, incisos III e VI, da Constituição Federal;

II - apurar-se-á a antigüidade na entrância e o merecimento pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira, com prevalência de critérios de ordem objetiva levando-se inclusive em conta sua conduta, operosidade e dedicação no exercício do cargo, presteza e segurança nas suas manifestações processuais, o número de vezes que já tenha participado de listas, bem como a freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais, ou reconhecidos, de aperfeiçoamento;

III - obrigatoriedade de promoção do Promotor de Justiça que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

IV - a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista triplíce;

V - a lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias, examinados em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior;

VI - não sendo caso de promoção obrigatória, a escolha recairá no membro do Ministério Público mais votado, observada a ordem dos escrutínios, prevalecendo, em caso de empate, a antigüidade na entrância ou categoria, salvo se preferir o Conselho Superior delegar a competência ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 62. Verificada a vaga para remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo máximo de sessenta dias, edital para preenchimento do cargo, salvo se ainda não instalado.

Art. 63. Para cada vaga destinada ao preenchimento por remoção ou promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.

Art. 64. Será permitida a remoção por permuta entre membros do Ministério Público da mesma entrância ou categoria, observado, além do disposto na Lei Orgânica:

I - pedido escrito e conjunto, formulado por ambos os pretendentes;

II - a renovação de remoção por permuta somente permitida após o decurso de dois anos;

III - que a remoção por permuta não confere direito a ajuda de custo.

Art. 65. A Lei Orgânica poderá prever a substituição por convocação, em caso de licença do titular de cargo da carreira ou de afastamento de suas funções junto à Procuradoria ou Promotoria de Justiça, somente podendo ser convocados membros do Ministério Público.

Art. 66. A reintegração, que decorrerá de sentença transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço.

§ 1º Achando-se provido o cargo no qual será reintegrado o membro do Ministério Público, o seu ocupante passará à disponibilidade, até posterior aproveitamento.

§ 2º O membro do Ministério Público reintegrado será submetido a inspeção médica e, se considerado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivada a reintegração.

Art. 67. A reversão dar-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de merecimento, observados os requisitos legais.

Art. 68. O aproveitamento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.

§ 1º O membro do Ministério Público será aproveitado no órgão de execução que ocupava quando posto em disponibilidade, salvo se aceitar outro de igual entrância ou categoria, ou se for promovido.

§ 2º Ao retornar à atividade, será o membro do Ministério Público submetido a inspeção médica e, se julgado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivado o seu retorno.

CAPÍTULO X

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 69. Os Ministérios Públicos dos Estados adequarão suas tabelas de vencimentos ao disposto nesta Lei, visando à revisão da remuneração dos seus membros e servidores.

Art. 70. Fica instituída a gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, de que trata o art. 50, VI, desta Lei.

Art. 71. (Vetado).

Art. 72. Ao membro ou servidor do Ministério Público é vedado manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau civil.

Art. 73. Para exercer as funções junto à Justiça Eleitoral, por solicitação do Procurador-Geral da República, os membros do Ministério Público do Estado serão designados, se for o caso, pelo respectivo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1º Não ocorrendo designação, exclusivamente para os serviços eleitorais, na forma do caput deste artigo, o Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público local que officie perante o Juízo incumbido daqueles serviços.

§ 2º Havendo impedimento ou recusa justificável, o Procurador-Geral de Justiça designará o substituto.

Art. 74. Para fins do disposto no art. 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e observado o que dispõe o art. 15, inciso I, desta Lei, a lista sêxtupla de membros do Ministério Público será organizada pelo Conselho Superior de cada Ministério Público dos Estados.

Art. 75. Compete ao Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizar o afastamento da carreira de membro do Ministério Público que tenha exercido a opção de que trata o art. 29, § 3º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para exercer o cargo, emprego ou função de nível equivalente ou maior na Administração Direta ou Indireta.

Parágrafo único. O período de afastamento da carreira estabelecido neste artigo será considerado de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para remoção ou promoção por merecimento.

Art. 76. A Procuradoria-Geral de Justiça deverá propor, no prazo de um ano da promulgação desta Lei, a criação ou transformação de cargos correspondentes às funções não atribuídas aos cargos já existentes.

Parágrafo único. Aos Promotores de Justiça que executem as funções previstas neste artigo assegurar-se-á preferência no concurso de remoção.

Art. 77. No âmbito do Ministério Público, para os fins do disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, ficam estabelecidos como limite de remuneração os valores percebidos em espécie, a qualquer título, pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 78. O Ministério Público poderá firmar convênios com as associações de membros de instituição com vistas à manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus associados.

Art. 79. O disposto nos arts. 57 e 58 desta Lei aplica-se, a partir de sua publicação, aos proventos e pensões anteriormente concedidos, não gerando efeitos financeiros anteriormente à sua vigência.

Art. 80. Aplicam-se aos Ministérios Públicos dos Estados, subsidiariamente, as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Art. 81. Os Estados adaptarão a organização de seu Ministério Público aos preceitos desta lei, no prazo de cento e vinte dias a contar de sua publicação.

Art. 82. O dia 14 de dezembro será considerado "Dia Nacional do Ministério Público".

Art. 83. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 84. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de fevereiro de 1993, 172º da Independência e 105º da República.